



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - SUBNUTRIÇÃO DE CRIANÇAS INDÍGENAS		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0460/08	DATA: 19/04/2008
INÍCIO: 11h20min	TÉRMINO: 13h56min	DURAÇÃO: 02h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h36min	PÁGINAS: 52	QUARTOS: 32

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

LUIZ ALBERTO FERNANDES – Agente de Saúde Pública da FUNASA do Estado do Acre.
JOSÉ MARIA PEREIRA – Representante do povo arara.
PAULO CÉSAR TOURINHO – Representante da Fundação Nacional de Saúde da FUNASA do Estado do Acre.
GELCIMAR MOTA DA CRUZ – Representante do Distrito Sanitário da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.
JOSÉ FRANCISCO CORREIA DE ARAÚJO – Coordenador da FUNASA.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Câmara Municipal da cidade de Cruzeiro do Sul, Estado do Acre.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.
Há palavras ininteligíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Muito bom-dia a todos.

Senhoras e senhores, nós estamos iniciando mais uma sessão ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito que tem como objetivo investigar as causas, as conseqüências e os responsáveis pelas mortes de crianças indígenas por subnutrição entre os anos de 2005 e 2007.

Gostaria de registrar, inicialmente, a presença do Sr. Relator-Geral, Vicentinho Alves, desta Comissão, ao meu lado esquerdo; também do Sr. Deputado Edio Lopes, do PMDB de Roraima; e registrar com muita satisfação, muita alegria, um agradecimento especial ao Sr. Deputado, acreano, Ilderlei Cordeiro.

Esta Comissão só está no Acre, entre todos os objetivos a serem perseguidos nacionalmente, pela insistência, pela pertinência, pela tenacidade, pela coragem, pela determinação em defender o povo do seu Estado, do nosso querido Deputado Ilderlei Cordeiro. Desde o início, tão logo a Comissão acolheu os requerimentos de convocação de diligências, ele incluiu o Estado do Acre pela vinculação, pelo compromisso, pela dívida política e parlamentar que tem com o povo acreano.

Por isso, em nome dos Srs. Deputados, gostaria de lhe agradecer; agradecer à Câmara Municipal de Cruzeiro do Sul, que nos deu uma acolhida toda especial nesta manhã; agradecer às diversas lideranças que, convocadas, estão aqui por si só ou através de seus representantes; agradecer à Força Federal, que de forma protocolar e também harmoniosa nos acompanha; ao Sr. Delegado da Polícia Federal Antonio Marques Gonçalves de Oliveira, que hoje destaca sua atividade em Cruzeiro do Sul.

Faço um registro especialíssimo a todos quanto nos deram a honra de suas presenças já no início desta manhã.

Eu gostaria de dizer que estamos já com o representante da FUNASA, com o representante do povo Arara, o José Maria; o Paulo César, da FUNASA, e o Luiz Alberto, também agente de saúde pública da FUNASA.

Eu queria, neste momento, antes de passar a palavra, para o juramento dos senhores, dizer que nós chegamos aqui, ontem, e fomos extraordinariamente bem recebidos pelo nosso anfitrião, Deputado Ilderlei. Mas há, em Cruzeiro do Sul, uma memória inapagável. Há, em Cruzeiro do Sul, o registro de uma passagem no nosso



mundo que deixou marcas profundas em nossa gente, marcas de humanidade, marcas de solidariedade, marcas que não se apagarão jamais.

Por isso, em nome desta Comissão, para fazer uma homenagem póstuma a Ildfonso Cordeiro, Deputado Federal, sempre Deputado Federal, a todos os seus admiradores em Cruzeiro do Sul, a todos os seus amigos, que, contando em números, têm uma história com o nosso colega Deputado que tragicamente foi retirado do nosso convívio, mas certamente encontra-se à direita do Pai, eu gostaria de pedir à Comissão um minuto de silêncio para homenagear a memória de Ildfonso Cordeiro.

(É executada a homenagem.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço às senhoras e aos senhores.

Reiniciando a nossa sessão, solicitamos as 3 testemunhas convocadas que leiam o juramento protocolar, na forma do Código de Processo Penal. Suas palavras e atos deverão estar condizentes com a verdade.

Com a palavra o Sr. Luiz Alberto.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. Luiz Alberto.

Com a palavra o Sr. José Nogueira.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Eu quero pedir desculpas, porque eu apenas só assino o meu nome, pessoal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eu peço que o Secretário... Não há nenhum problema, Nogueira. Você vai repetir as palavras que ouvir do Sr. Secretário. E peço que os agentes de saúde acompanhem, para transformar de forma fidedigna.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. José Nogueira, ao Sr. José Maria Pereira. Este é o Zé Maria Pereira, da Associação do Povo Arara.



Sr. Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço às testemunhas.

Vamos iniciar a participação, dentro do tempo regimental de que dispõe, do Sr. Luiz Alberto Fernandes. Ele é agente de Saúde Pública da FUNASA no Acre. Atendeu requerimento desta Comissão, do Sr. Deputado Ilderlei Cordeiro, para sua convocação.

Tem a palavra o Sr. Luiz Alberto Fernandes.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Para me apresentar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Não. Nós gostaríamos de ouvir o que o senhor conhece sobre a questão da saúde indígena no Estado do Acre, em especial os índices de mortalidade infantil que V.Sa. acompanha ao longo desse tempo e quais são os níveis de atendimento e de procedimento com relação à saúde indígena.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar todas as autoridades aqui presentes e agradecer ao Deputado Ilderlei, que deu esta oportunidade de estar aqui para falar a este nobre colegiado de Parlamentares da Câmara Federal aquilo que eu sei como agente de saúde pública e que acompanha a saúde indígena desde a sua implantação, em setembro de 1999. Quando os distritos sanitários indígenas foram implantados, em setembro de 1999, a FUNASA não tinha, como até hoje no seu quadro efetivo de servidores de carreira não tem, servidores, aliás, profissionais especificamente de saúde. Então, a criação dos distritos se deu através de uma portaria do Ministério da Saúde. Logo no início, houve a terceirização dos serviços de saúde. Aqui no Acre, a FUNASA conviniu com uma ONG indígena, a UNIACRE.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - A ONG é a UNIACRE?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - UNIACRE. A UNIACRE assinou um primeiro Convênio nº 430/99. Na seqüência, assinou um segundo Convênio nº 052/2001, e o último, 364/2002. Então, de outubro, aliás, de setembro de 99 a junho de 2004, a execução das ações de saúde oferecidas à população indígena foram



feitas pela UNIACRE, uma ONG indígena. Eles movimentaram recursos diretos da FUNASA, aproximadamente 13 milhões e 300 mil reais. Com esse recurso, foi implantado os pólos-base, que são unidades administrativas da FUNASA. Esses pólos-base servem como um ponto de referência à equipe multidisciplinar de saúde, mas também é uma unidade administrativa da FUNASA, onde funciona o escritório. E funciona no sentido de receber os pacientes que vêm da aldeia, encaminhá-los ao sistema de saúde. Ao saírem do sistema de saúde, eles retornam para o pólo-base, e daí são encaminhados para a sua aldeia. A equipe multidisciplinar... A princípio, no início da criação dos distritos, eram, nesta parte do Juruá, 3 equipes. Foram implantados 3 pólos-base: um, aqui na cidade de Cruzeiro do Sul; um em Tarauacá, e outro em Feijó. O daqui atendia os municípios aqui próximos de Mâncio Lima, Porto Walter, Thaumaturgo e Rodrigues Alves. O de Tarauacá também atendia o Município de Jordão. E Feijó, apenas o Município de Feijó. Essa foi a estrutura inicial. Contratou-se uma equipe para cada pólo. Então, nós tínhamos 3 equipes inicialmente, com médico, dentista, enfermeiro e auxiliar de enfermagem. A UNI também contratou um agente indígena de saúde por aldeia. Foi essa a estrutura que começou funcionando. A área é muito grande, de difícil acesso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Nós gostaríamos que o senhor, para efeito de anotações para posterior interpelação dos Srs. Deputados, repetisse com a clareza da primeira vez, mas só para efeito de anotações, essa estrutura operacional da UNIACRE.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - A criação dos 3 pólos-base...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - É. Desde a criação dos pólos à operacionalização de médicos e profissionais de saúde.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Então, foram criados 3 pólos-base. Um, aqui, que atendia na época os Municípios de Mâncio Lima, Rodrigues Alves, Marechal Thaumaturgo e Porto Walter.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - São 4 cidades?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Quatro cidades. O de Tarauacá atendia duas cidades: Tarauacá e Jordão. E o outro, o Município de Feijó. Cada pólo-base tinha uma equipe de saúde composta de um médico, enfermeiros...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Quantos?



O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Aí é uma questão de cada situação. Aqui tinha 2 enfermeiros. Em Tarauacá tinha apenas 1, e em Feijó tinha 1. E 2 auxiliares de enfermagem em cada pólo.

O SR. DEPUTADO EDUARDO LOPES - Em Tarauacá tinha médico?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Em Tarauacá tinha médico. Um médico, 1 enfermeiro, 2 auxiliares de enfermagem. Não tinha dentista. Em Feijó, tinha 1 médico, 1 enfermeiro e 2 auxiliares de enfermagem. Aqui, tinha 1 médico, 1 médica, 2 enfermeiros, 1 dentista e 2 auxiliares de enfermagem. As ações eram executadas por essa equipe, ações básicas de saúde que eram feitas na aldeia. Só que, ao longo desse tempo, a UNIACRE teve uma série de problemas. As equipes, elas não iam constantemente à área devido a uma série de problemas administrativos que foram se instalando ao longo desse tempo. No decorrer desse período, cada vez essa problemática ia se agravando mais. Então, a filosofia de implantação dos distritos, que seria a ação na aldeia, desde o seu início, já foi implantada com uma série de problemas. Porque o importante é que a equipe esteja indo nas aldeias, fazendo atendimento da atenção básica na aldeia. Por conta disso, em maio de 2001, aconteceu a III Conferência Nacional de Saúde Indígena. Eu, na época, era o chefe do distrito aqui, desse distrito. Nós fomos e participamos da Conferência como delegados. Lá, no decorrer da Conferência, nós discutimos com o Substituto do Diretor DESAI, Departamento de Saúde Indígena, Dr. José Carlos, que não é o coordenador daqui do Acre, é um outro, é um médico. E ele nos orientou que nós fizéssemos uma aproximação, um contato com as Prefeituras, e oferecêssemos a possibilidade de habilitar os municípios a receberem o incentivo da atenção básica à saúde, que é um recurso do Ministério da Saúde, que sai através da Secretaria de Assistência à Saúde, a SAS. Em junho de 2001, iniciamos toda uma discussão aqui com o Prefeitos, com o Prefeito Itamar, com o Prefeito Luiz Helosman, o Jasone, que na época era Prefeito de Tarauacá. E fizemos um plano de trabalho simplificado. Os Prefeitos fizeram uma carta de intenção ao Presidente da FUNASA. Essa documentação foi encaminhada, através da Coordenação Regional, e, em agosto de 2001, os municípios foram habilitados a receber esse incentivo da atenção básica para prestar... Seria, naquele momento, para contratação de pessoal das equipes multidisciplinares. A princípio, o recurso ficou no



valor de 15 mil e 200 reais. Então, para contratar médico ganhando 5 mil e 500 reais, enfermeiro ganhando 3.500 reais, e auxiliar de enfermagem ganhando 1.500 reais, ficou inviável. O recurso não dava para contratar a equipe no modelo da atenção básica. E a gente, a própria FUNASA, naquele momento, não sabia, não tinha um mecanismo de como se daria esse processo. Então, de agosto de 2001 a março de 2002, os recursos ficaram acumulados nas Prefeituras. A partir de março, houve todo um debate com o Coordenador da FUNASA, que morreu naquele mesmo acidente em que faleceu o pai do Deputado Ilderlei, e aí as coisas sofreram um momento de descontinuidade. Porque vinha todo um debate feito por ele de que era preciso contratar as equipes de saúde através desse recurso, tendo em vista que a UNIACRE teve uma série de problemas na prestação de contas dos convênios, e as equipes ficavam entre 4 a 6 meses com seus salários atrasados. Isso, sabe, foi cada vez mais inviabilizando as ações de campo. Os profissionais não recebiam os salários em dia, não tinham recursos para comprar os insumos necessários para as equipes irem para campo. Então, essa coisa foi complicando. Foi, então, que se iniciou esse debate com os Prefeitos, até que os Prefeitos foram sensíveis ao problema, e, em março de 2002, nós passamos a contratar as equipes de saúde com esses recursos da Prefeitura. O que sobrava dos recursos da Prefeitura, nós comprávamos insumos para garantir o deslocamento da equipe a campo e garantir também a remoção dos pacientes. Houve uma melhora na execução das ações, mas não era o suficiente. Funcionou assim até junho de 2004. Em 2004, a situação da UNI se agravou cada vez mais...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Da UNI?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Da UNI, da UNIACRE, que ficou impossibilitada de receber recursos direto da FUNASA, e nós fomos obrigados a denunciar o convênio com a UNIACRE, porque os salários dos profissionais estavam atrasados 9 meses. As ações não aconteciam na aldeia, e existia também uma dívida de mais de 200 mil reais com fornecedores. Em julho de 2004, a situação da FUNASA ficou muito difícil, se instalou uma crise por conta de que o convênio com a UNIACRE foi denunciado. A FUNASA não tinha recursos para gerir as ações, e nós iniciamos — digo nós, a FUNASA, eu digo nós porque eu, na época, fazia parte, estava incluído, inserido no processo das ações de saúde —, iniciamos toda



uma discussão com os Prefeitos, de eles, além de pagarem o pessoal, garantirem os insumos necessários para que as equipes fossem a campo. Eu esqueci de um detalhe, que eu posso voltar atrás. Quando houve a sensibilidade dos Prefeitos, das Prefeituras, de contratarem as equipes de saúde, se deu dentro de um processo assim: o recurso que caía no Fundo Municipal era repassado para a UNIACRE, e a UNIACRE pagava o salário do pessoal. Só que isso não acontecia na maioria das vezes, porque, quando o convênio foi denunciado, a UNIACRE estava com 9 meses de salários atrasados dos profissionais. Então, com a denúncia do convênio, os recursos ficaram nas Prefeituras. E aí nos fizemos todo um debate para que as Prefeituras contratassem e pagassem As prefeituras mesmo. Então, até hoje, essa modalidade está funcionando. Não houve nenhuma mudança. Aí foi como nós conseguimos retomar as ações, e as coisas começaram a ser encaminhadas. Hoje, há um montante de recursos que, na minha opinião, são significativos. Aqui, no Juruá, caem mensalmente 570 mil e 700 reais por mês.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Na UNIACRE?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Não, nos Fundos Municipais. No Fundo Municipal de cada Prefeitura. Cada Prefeitura tem o seu teto. Mas, no geral, no Distrito do Alto Juruá, caem 570 mil e 700 reais/mês, para gerir as ações de saúde, além de mais 21 mil reais que devem cair nas unidades de saúde aqui do hospital de Cruzeiro do Sul, do hospital de Tarauacá e do hospital de Feijó. Então, há um recurso significativo. Houve um avanço, de 2004 para cá, na operacionalização da saúde indígena? Houve. As coisas melhoraram, os recursos foram aumentados. Hoje, nós temos, no quadro do distrito, enfermeiros; em alguns pólos, médicos, dentistas, auxiliares, agentes de saúde — todos estão contratados. Hoje, os agentes indígenas de saúde... Em cada aldeia tem um agente de saúde contratado. E o funcionamento dos pólos-base está também sendo gerido por esse recurso que cai nas Prefeituras. Agora, na compreensão que eu tenho disso, tudo isso funciona precariamente. Quando eu digo precariamente, não estou me referindo a que a operacionalização do sistema esteja tão ruim assim. É porque todos os profissionais, os trabalhadores da saúde, eles não trabalham com contrato permanente, são contratos temporários, não têm carteira assinada, não têm nenhum direito trabalhista garantido. A questão da mortalidade infantil, na minha avaliação,



está associada a essa série de fatores, que, desde o início da implantação dos distritos sanitários, vem acontecendo. A terceirização do serviço de saúde para uma ONG, e uma ONG indígena, que, naquele momento, não tinha experiência nenhuma para executar o montante de recursos de, no mínimo, 3 milhões e 500 mil reais por ano. Então, a assistência na aldeia, ela foi ruim. Na minha opinião, não foi boa, por conta de que houve toda essa problemática da prestação de contas com a UNI, os recursos não eram liberados em tempo hábil, e os problemas foram se acumulando, as equipes não iam a campo, as equipes não recebiam salário — porque fica difícil um trabalhador não receber o seu salário. Então, houve toda essa problemática. E esse, entre tantos outros, é um dos fatores, na minha opinião, que contribuíram para que a mortalidade infantil tenha esses índices altos. E como é que eu vejo hoje? Acho que é importante: como é que eu vejo hoje? Eu estou aqui falando como um servidor da Casa, que participou desse processo desde o início até o início de 2006, e, de lá para cá, eu não faço parte desse processo. A gente acompanha, pelo que ouve falar, pelo que a gente vê, o movimento do dia-a-dia no distrito, e, na minha opinião, as coisas poderiam estar bem melhor, porque os recursos que a FUNASA tem nos municípios hoje dá... Como tem pessoal, profissionais qualificados... Têm, estão contratados. Hoje, nós temos, no quadro do distrito — quando falo no quadro do distrito, na gerência do distrito, porque uma unidade da FUNASA aqui, diferente do pólo-base, na unidade do distrito —, nós temos hoje uma equipe técnica de profissionais de saúde: tem uma enfermeira, tem uma nutricionista, tem um farmacêutico, que dão suporte técnico à gerência do distrito — que antes não tinha. Então, isso, eu vejo como um avanço. No pólo-base, citando como um exemplo, no pólo-base aqui, de Cruzeiro do Sul, nós temos 2 enfermeiros, temos 3 técnicos em enfermagem, para atender uma população de 600 pessoas, aproximadamente. Aqui os katukinas da BR-364 e os jaminawa/arara do Igarapé Preto.

É uma equipe, na minha opinião, grande. Se bem administrado, a assistência na aldeia estaria bem melhor. Eu soube, não conheço ainda, soube, fui informado de que foi contratado 1 médico e 1 dentista que eu, particularmente, não conheço. Mas, então, no quadro hoje do pólo-base de Cruzeiro do Sul, para dar assistência a uma população de no máximo 600 pessoas, nós temos 1 médico, 1 odontólogo, 2 enfermeiros e 3 auxiliares de enfermagem. Nessa estrutura do pólo-base temos



também 1 administrador e 2 apoios logísticos a esse administrador, temos 1 faxineira e temos 2 cozinheiras. Na minha avaliação, é uma força de trabalho muito grande e, por conta disso, comparando com a população de 600 pessoas, a saúde poderia estar bem, caminhando muito bem, mas ainda os índices de mortalidade infantil são altos. Eu tenho a informação de que este ano já morreram 3 crianças menores de 1 ano aqui, na etnia katukina, com toda essa estrutura que se tem. Acabou o meu tempo? Presidente, acabou o meu tempo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Não. Está acabando.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Então, a avaliação que eu faço é que é necessário que haja um redirecionamento na operacionalização das ações no gerenciamento dessa força de trabalho que, na minha opinião, é muito grande. E assim, olhe: os agentes de saúde precisam ser olhados de uma forma bem mais atenta, que se invista mais nos agentes de saúde porque eles estão lá na aldeia, eles precisam de ser capacitados e acompanhados, orientados pela equipe de saúde. Na minha opinião não se justifica mais que crianças menores de 1 ano venham a óbito numa população de 600 habitantes, quando eu tenho uma equipe de saúde completa para prestar assistência lá, na aldeia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço as primeiras intervenções ao Sr. Luiz Alberto Fernandes, profundamente esclarecedoras.

Passamos a palavra ao Sr. José Maria Pereira, que é representante do povo arara, conhecido como ugorogmo. É assim Zé? ugorogmo? (*Pausa.*) Não? Ele é representante do povo arara, atendendo à sua convocação também por requerimento do Deputado Ilderlei Cordeiro.

Gostaria, para efeitos taquigráficos e documental, de dizer que esteve presente na Comissão o Sr. Davi Wany Ashaninka, Presidente do Conselho Distrital Indígena de Marechal Thaumaturgo. Ele veio, justificou-se ao Sr. Deputado Ilderlei Cordeiro, da sua imperiosa ausência, deixou-nos documentação, registros e relatos das suas reivindicações. Foi liberado pelo Sr. Deputado Ilderlei Cordeiro e por esta Comissão.

Com a palavra o Sr. José Maria Pereira.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Eu quero agradecer às autoridades. Falando em nome do povo arara, Município de Porto Walter. A gente tem acompanhado com



bastante atenção o período dessa criação da saúde indígena aqui, no Juruá. E como representante do povo arara, a gente tem visto de maneira pacífica assim. Acho que as nossas equipes... A gente tem acompanhado de perto o movimento, e eu quero estar falando mais do povo arara, do Município de Porto Walter, onde eu tomo conhecimento, porque estou lá o dia-a-dia junto do meu povo. Então, nós somos uma comunidade, um povo de 622 índios que residem naquele município, e temos uma equipe... Não temos médico no Município de Porto Walter até hoje. Nós temos 1 enfermeira, 2 auxiliares e 1 dentista. É a nossa equipe formada no Município de Porto Walter. Mas, assim... O povo arara hoje vive em... No antepassado, nosso povo não tinha esse conhecimento de estar passando o medicamento farmacêutico. Sempre a gente vinha usando a nossa medicina tradicional, dos nossos antepassados, e hoje a tecnologia mudou. Acho que nós temos mais... Nós, jovens, temos acompanhado essas discussões e temos trazido ao conhecimento para o nosso povo. Que, Graças a Deus, essa mortalidade infantil no povo arara não existe, porque a gente tem bastante cuidado. Não só a equipe que está lá, no dia-a-dia, mas nós como povo, como liderança daquele povo junto aos agentes de saúde, aos pajés que hoje ainda residem na nossa terra. Nós temos muito cuidado com isso e isso tem dado certo no nosso povo. Então, a nossa equipe, por exemplo, ela está fazendo parte, no dia-a-dia, como marca o nosso calendário, ditado dentro da terra indígena, e tem feito isso com muito carinho. Acho que quando a equipe se entrega ao movimento, que se entrega aos povos indígenas, faz um trabalho que a população indígena acredita. Porque muitas vezes a nossa equipe não se entrega aos povos indígenas; muitas vezes se vê diferente, se acha que o índio totalmente diferente. Por isso que em muitas terras indígenas o trabalho não é feito com muito carinho, porque muitas vezes vai pelo recurso; não vai com amor à saúde indígena. Então, quando se tem isso, em muitos lugares ainda acontece esse tipo de problema que vem acontecendo aqui na região do Juruá. Eu estou falando da região de Juruá, não a região de Purus que fica mais para outro — fica no Acre, mas em outra região. Aqui, por exemplo, acho que a maior mortalidade infantil que aconteceu foi no povo katukina, pelo que eu tenho acompanhado, pelos jornais, pelas notícias, eu tenho...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Quantos?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Foram 3 este ano. Não é, Luiz?



(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - É. Do povo katukina, aqui, na BR-364. E os outros povos têm tido mais esse cuidado, porque acham que saúde não só é medicamento. Muitas vezes, nós, povos indígenas, se leva muito pelo medicamento farmacêutico e isso não tem levado um bom fruto para o nosso povo aqui da região de Juruá. Que saúde faz parte da nossa alimentação, do dia-a-dia. Quando você tem uma estadia... uma boa alimentação... Está fazendo parte da saúde uma água tratada. Uma água tratada faz muito bem à saúde. Isso é os cuidados que alguns povos estão tendo aqui na região do Juruá. O saneamento nas nossas aldeias é muito importante, porque isso vai levar um fruto para o nosso povo e acabar com essa mortalidade aqui, na região do Juruá. Muitas vezes também o contato com as Prefeituras, quando a nossa equipe não tem aquela integração com os Prefeitos dos nossos municípios. Então, no Município de Porto Walter, nós não temos nenhum, assim, difícil acesso a uma conversa com o Prefeito Neuzari. A gente é parceiro de trabalho e ele... Isso contribui muito para deslocar a equipe do município para a terra indígena. Então, quando tem esse contato com o Prefeito, as coisas facilitam. Porque têm vários Prefeitos aí que também muitas vezes não estão atentos de essa equipe estar em área no período certo. Muitas vezes, isso traz alguns atrasos para a população indígena nesse período. Acho que a minha palavra era essa. Se alguém tiver mais alguma pergunta, eu posso estar respondendo. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. José Maria Pereira, representante do povo arara.

Passo a palavra, nesta oportunidade, ao Sr. Paulo César Tourinho. Ele representa a Coordenação da FUNASA, neste Estado, Estado do Acre. Atendeu à solicitação de requerimento do Sr. Deputado Ilderlei Cordeiro.

Com a palavra o Sr. Paulo César.

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Bom-dia a todos. Eu estou representando José Carlos Pereira Lira, Coordenador Regional. Eu sou o Chefe da DIESP — Divisão de Engenharia de Saúde Pública e Coordenador substituto. Eu posso falar muito, mas sobre saneamento, que é a minha área específica, e falar pouco sobre a saúde indígena, especificamente sobre desnutrição. Por isso, tenho aqui presentes os Chefes do DSEI do Alto Purus e do Alto Juruá. Eles estão com



conhecimento sobre esse problema de equipes, de deslocamento para as aldeias para resolver os problemas de saúde. Mas eu acho interessante ter algumas informações sobre saneamento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eu queria interromper o Dr. Paulo César, pedindo-lhe já desculpa e vênias, para dizer-lhe que, atendendo à solicitação do Sr. Relator-Geral, até para efeito de o seu relatório estar cada vez mais abrangente, e com o apoio do Deputado Edio Lopes e do Deputado Ilderlei, eu convocaria, *ex officio* da Presidência, os 2 coordenadores que lhe estão acompanhando, se estiverem na platéia, para adentrarem o nosso recinto. *(Pausa.)*

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - É o Sr. Gelcimar, Chefe do DSEI do Alto Purus, e o Sr. Armando, que é o Chefe do DSEI...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Armando e Gelcimar.

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - O Armando não está, no momento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - É específico. O senhor fala sobre saneamento, aí temos a palavra total da FUNASA, e os 2 coordenadores, objetivamente, falam de cada área, para que todos nós tenhamos, em saúde pública, a fala da FUNASA.

Devolvo a palavra a V.Sa.

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Muito obrigado. A FUNASA começou a implantar sistemas de abastecimento de água nas aldeias indígenas. Inicialmente, nós não podíamos fazer obras diretas. Então, nós passamos a fazer convênios. Buscamos Prefeituras, inicialmente. Nenhuma aceitou fazer obra de abastecimento de água em aldeia indígena, porque não era o interesse, naquela época. Então, buscamos o Governo do Estado, que se dispôs. Fechamos 2 convênios para a implantação de diversos sistemas de abastecimento de água. Só que aconteceu um problema sério: os engenheiros do Estado, como disse nosso amigo aqui, não estavam comprometidos com a causa indígena. Então, eles não se preocuparam em trabalhar de forma correta, de forma da realidade local para solucionar os problemas de saneamento. Com isso, foram feitos projetos que realmente não atenderam. Foram feitas fossas usando madeira, porque tinha o entendimento de que, como estavam na floresta, com o povo da floresta, nada mais correto do que utilizar o material disponível na floresta. Só que a madeira não atende tecnicamente às



necessidades para o saneamento, coisa que nós estamos mudando agora. Vários sistemas que foram construídos pelo Governo do Estado, como direi, praticamente todos, não estão funcionando, ou estão funcionando de forma muito precária. Os convênios ainda não estão fechados, estão em aberto, porque vários caíram em exigência técnica para refazer. Vou dar o exemplo de duas aldeias aqui, no Juruá, que nós estamos tentando resolver: Aldeia Cardoso e Aldeia Paruá, que estamos refazendo o projeto. Nós, FUNASA, fizemos os projetos dos sistemas e repassamos ao Estado para eles reexecutarem a obra, para poder prestar conta corretamente, utilizando estrutura de concreto, de forma correta, como deve ser feito. Aí, vamos resolver o problema de abastecimento. O sistema de água era feito por captação, reservação e um grupo, que a gente chama chafariz, que é um módulo grande de sanitários, tanques para lavar roupas, e injusto, porque cada família está em sua residência e, para ir ao sanitário, tem que andar 100, 200, 300, 400 metros, se tiver frio, se tiver chuva, não importa. Aí, é um sistema que não funciona. Hoje estamos mudando tudo, estamos implantando rede de distribuição de água e, pelo menos, um ponto em cada casa. Alguns sistemas estão parados. Alguns, não; vários. Em torno de 40% dos nossos sistemas estão parados, com dificuldades; alguns problemas internos que eu estou resolvendo para solucionar o problema. A aldeia mesmo aqui, em Porto Walter, no momento, está parada. Deu um problema de uma pane no gerador, e estamos tentando resolver essa pane. Então, o que acontece com o saneamento? Suspendemos os convênios com o Governo do Estado, e a FUNASA autorizou a execução direta. Ou seja, ela repassa o recurso, nós fazemos o projeto, licitamos e acompanhamos as obras. Hoje, tenho na minha equipe 1 único arquiteto que faz isso. Ele não é servidor da casa, ele era consultor. Acabaram os consultores da FUNASA, numa determinação, se não me engano, do Ministério Público do Trabalho, e aí ele, o arquiteto contratado por 1 Prefeitura, com esse recurso do SAS, e coloca à disposição da FUNASA. Com isso, a gente está conseguindo levar o trabalho. Hoje, na FUNASA, o único engenheiro que tem aqui, no Estado, sou eu. A minha equipe são 2 consultores permanentes, que têm o contrato até 30 de junho. Depois disso, a gente não sabe como vai ficar. Esse arquiteto, que é contratado por 1 Prefeitura e colocado à disposição da FUNASA para ajudar, e um outro engenheiro para análise de projetos, como está



agora em voga o PAC, analisar e acompanhar obra, que também está sendo contratado pelo Governo do Estado e cedido à FUNASA. É estranho? É estranho.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Engenheiro da FUNASA só 1?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Só sou eu.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E arquiteto?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - O arquiteto, ele é contratado pela Prefeitura.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Nenhum, então?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Nenhum. E aí estamos levando. Eu coloquei uma, ela é atendente, mas tem curso superior, curso técnico, perdão. E ela está cuidando da parte de manutenção. Então, o que a gente fez? Licitação, pela própria FUNASA, projeto da FUNASA, acompanhamento de obras da FUNASA e, agora, estamos dando manutenção nesses sistemas, com muita dificuldade, falta de recurso. A gente usava uma coisa que não é muito certa, que é suprimento de fundo, para comprar peças e ficar consertando. Queimou o motor, queimou um gerador, com suprimento de fundo, a gente consertar aquele motor, aquele gerador, para resolver o problema da aldeia, para manter o sistema funcionando. Hoje, suspendemos isso. Está proibido o suprimento de fundo para sanar esses problemas emergenciais nas aldeias indígenas. E aí estamos preparando uma licitação para contratação de 1 empresa, ou várias empresas, para fazer manutenção dos sistemas de abastecimento de água. E aí vamos tentar melhorar. Estamos com vários sistemas parados? Estamos. Estamos buscando a solução. E já foi verificado, vamos dizer, empiricamente, porque eu não tenho levantamento dos dados ainda, da melhoria de qualidade de vida quando se implanta o sistema de abastecimento de água. Eu acho que está ligado também ao saneamento a desnutrição, porque a diarreia causa desnutrição, causa perda de sais minerais, causa perda de proteínas, vitaminas do organismo, e a criança pode falecer. Pelo menos, eu tenho informação, acho que depois vai ser complementada, que mortalidade infantil por desnutrição, se não me engano, em 2005, não houve nenhuma no Acre. Em 2006, foram duas. Em 2007, duas. Em 2008, parece que teve uma, agora. Mortalidade infantil, digo, especificamente com relação à desnutrição. Então, nós trabalhamos com o sistema de abastecimento de água para 8 mil



indígenas. Desculpe, vou chamar de parentes, porque para mim fica mais fácil. Converso com eles, eu chamo eles de parente. Trabalhamos com 8 mil parentes. Estamos com 5 mil recebendo abastecimento de água e 3 mil e pouco parados, solucionando. Alguns têm correia partida, gerador que deu problema, um motor que queimou, que nós já retiramos, levamos lá, para Rio Branco, para consertar o motor para trazer de volta. Aqui, o deslocamento para as aldeias é um problema seriíssimo, porque às vezes a gente leva 8 dias, 10 dias para chegar na aldeia, para resolver um problema de saneamento. E para isso nós temos lá, em apoio, como na parte de saúde tem os AIS — Agente Indígena de Saúde, nós temos AISANs — Agentes Indígenas de Saneamento. Que nós damos treinamento e que a partir... não sei se vamos conseguir este ano, mas no ano que vem é certeza, a escola técnica vai começar a dar o treinamento desses Agentes Indígenas de Saneamento, que hoje é feito pela própria FUNASA. Então, esses são os parentes que estão na ponta e que eles têm capacidade de fazer pequenos consertos, pequenas manutenções simples e de dar um diagnóstico pelo menos parcial de um problema mais sério no sistema, que podem entrar em contato com os nossos supervisores, que são funcionários da casa que ficam no pólo especificamente para trabalhar com saneamento. E esses supervisores entram em contato conosco lá, em Rio Branco, para buscar a solução do problema. Agora, eu queria passar uns dados aqui. Aqui, no pólo de Cruzeiro do Sul, hoje, pelo menos na parte de saneamento, a gente trabalha com os Municípios de Cruzeiro do Sul, Porto Walter, Mâncio Lima, Marechal Thaumaturgo e Rodrigues Alves. E que o saneamento, hoje, nós estamos com 2.189 indígenas, com 10 sistemas de abastecimento de água. Esse é o que está em melhor situação. Ele está com Porto Walter parado, porque teve problema no gerador. Está sendo retirado o gerador para fazer a manutenção. Nós temos a República, que nós estamos ampliando o sistema de abastecimento de água. Por isso deu uma parada. Nós estamos fazendo a ampliação do sistema de abastecimento de água, porque a população cresceu. É o que acontece na cidade. No *(ininteligível)* acontece com o parente. A gente implanta melhoria na aldeia, a aldeia cresce. Ele vem buscar, claro, uma melhor qualidade de vida. E a República estamos já este ano ampliando o sistema. E somente por isso parou. Em Marechal Thaumaturgo o sistema parou porque partiu a correia da ventoinha. E aí nós já



estamos providenciando a correia para levar. Aí, nós temos que marcar um vôo que tiver para Marechal Thaumaturgo ou alguém que vá para lá, para poder levar essa correia e levar um técnico para lá, porque às vezes o AISAN não está preparado. Dos AISANs que nós temos contratados, 64, praticamente a metade, ainda não recebeu treinamento. Então, eles têm a boa vontade e o acompanhamento de quando vai a nossa equipe para dar uma manutenção ou como está acontecendo agora em várias aldeias onde nós estamos implantando o sistema de abastecimento de água: o cacique e as lideranças apresentam um dos índios para acompanhar as obras de implantação do sistema. Então, esse índio acompanha desde o início até o final e, com isso, ele tem conhecimento do sistema e já vai buscando um pouco de experiência. E esse certamente vai ser contratado, vai ser dado treinamento de AISAN, com posterior contratação. A contratação desses AISANs se dá pela Prefeitura, com indicação da FUNASA. E o salário desse AISAN é pago com esse recurso da SAS. Agora, nós estamos aqui — depois vai falar também — muito preocupados com isso. O recurso é passado fundo a fundo, SAS/Município.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - O que é SAS?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Secretaria de Assistência à Saúde.

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Saúde. Hoje, o gasto aqui é em torno de mil reais por parente, por causa da logística. Você tem que contratar fretes para deslocamento. A dificuldade de deslocamento é muito grande. Na época do rio alto, alguns ramais não são transitáveis, a gente tem dificuldade de chegar; e na época de estiagem, o rio baixa tanto que a canoa não passa. Então, você tem que às vezes em trechos dos rios tem que carregar a canoa para poder chegar àquela localidade.

O SR. DEPUTADO EDIO LOPES - Só uma pergunta. O senhor disse que o gasto por indígena aqui é da ordem de mil reais. Isso por mês, por ano? Como é?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Mês, mês. E está sendo feita uma Portaria 2.656 que vai colocar um *per capita* para o índio de 300 reais. Nós tivemos reunião esta semana com várias lideranças, com vários caciques, e vão buscar na pactuação manter o valor antigo: de mil reais.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)



O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Porque neste valor está também incluída a contratação da equipe de saúde, equipe multidisciplinar, que vai às aldeias — médicos, odontólogos, enfermeiros, técnicos de enfermagem. Agora, um problema sério que existe aqui: contratação de médico.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Ao ano. Perdão. Desculpe aí a falha. Por isso que eu trouxe, porque eles têm a informação melhor. Como eu tenho a informação parcial...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - O senhor está sendo extremamente esclarecedor.

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - E aí tem a contratação dessa equipe. Os médicos, aqui, às vezes são contratados, vão a primeira vez, não retornam. Não retornam por quê? Não estão comprometidos com a causa indígena e quando vêem a dificuldade de deslocamento, passar 15 dias se deslocando, que você tem que contratar um barco, um barqueiro, um cozinheiro para poder passar 10, 15 dias subindo o rio e quando chega para o atendimento médico não existe estrutura nenhuma. Sigo o exemplo do odontólogo que tem lá, na Coordenação Regional, que quando ele vai em aldeia, ele chega, senta debaixo de uma árvore e bota o indiozinho no colo aqui, e vamos trabalhar. Quando vai o odontólogo, chega, acha que na aldeia vai ter um consultório com cadeira, com tudo bonitinho. Quando chega lá, é sentadinho debaixo da árvore, bota no colo mesmo, e vamos trabalhar. Eles não retornam. Enfermeiras, várias contratadas, foram a primeira vez, choraram e tiveram que voltar no meio do caminho. Entraram em pânico e aí não tinham condição de trabalhar. É uma dificuldade muito grande. E essa pactuação que estão tendo agora é para aumentar esse *per capita*, porque está caindo de mil para 300 reais. Essas contratações que não são muito certas foram contestadas pelo Ministério Público do Trabalho, e existe um TAC em que as Prefeituras deverão fazer concurso simplificado para contratação dessas equipes. E aí nós estamos dependendo da pactuação, da confirmação da manutenção do recurso para que as Prefeituras possam fazer seus concursos simplificados, montar a equipe multidisciplinar para cuidar da saúde indígena. Eu acho que eu falei tudo.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. Paulo César Tourinho, e estava comentando aqui o quão útil a nossa presença no Acre, ao Sr. Deputado Ilderlei Cordeiro, até reiterando aos profissionais de imprensa que chegam à nossa sessão, porque as palavras de V.Sa. foram extremamente serenas e esclarecedoras, mostrando a crueza, a transparência, na gestão desses recursos, e a dificuldade da sua aplicação.

Gostaria de pedir a V.Sa. que deixe a bancada, para passarmos a palavra aos 2 coordenadores — pela ordem, tirem par ou ímpar para ver quem vai falar. Escolha 1 dos 2 aí. Aí é com vocês. São 2 coordenadores, têm o mesmo peso, mas de áreas diferentes. Não é isso?

São chefes dos distritos sanitários. Do Alto Juruá e do Alto Purus.

Então, quem começa primeiro, eu gostaria que se identificasse e prestasse o juramento. *(Pausa.)*

Quem falaria primeiro? Nome, por favor, porque estamos extra-oficialmente convocando V.Sa. O senhor diga seu nome, sua função e, por favor, leia esse juramento.

O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - Bom-dia a todos. Meu nome é Gelcimar Mota da Cruz e eu respondo, estou...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - Gelcimar com G, G, E, L, C, I, Gelcimar Mota da Cruz. Eu estou como Chefe do DSEI do Alto Rio Purus, que... No Estado do Acre, nós temos 2 distritos, que é o do Alto Rio Purus e aqui é do Alto Rio Juruá... *(Pausa.)* Tá. Então, faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço. Tem a palavra o Sr. Gelcimar.

O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - Então, como eu vinha dizendo, do DSEI Alto Rio Purus, que lá pega, engloba os Municípios de Santa Rosa, Manuel Urbano, Sena Madureira e Assis Brasil, do Estado do Acre, e, do sul do Amazonas, Boca do Acre e Pauni, e mais noroeste de Rondônia, que fica uma etnia chamada kaxarari, que fica ali próxima à Extrema. Nós trabalhamos com uma população lá de, hoje, atualmente, de 7.726 indígenas daquele distrito. E o trabalho hoje com relação



à atenção básica aos povos indígenas é como o Luís bem relatou aqui, tem no seu relato, todo o histórico da... A partir de que a FUNASA, a partir de 99, assumiu a saúde indígena, vem trabalhando, a partir de 2004, com a denúncia do COVEN, com esse recurso da SAS, da Secretaria de Assistência à Saúde, repassado fundo a fundo para os municípios, para contratação dos profissionais e também para aquisição de insumos, que, no caso, são medicamentos, a própria alimentação da equipe quando se desloca para essas áreas de difícil acesso, que tem de passar muitas vezes em determinados itinerários até de 30, 35 dias — já chegaram até a 40 dias —, fazendo todo esse atendimento. Então, para a gente deslocar essas equipes com médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, odontólogos, ACD e mais um barqueiro que a gente tem contratado — a Prefeitura tem contratado —, uma cozinheira para fazer a alimentação dos profissionais, a gente tem deparado também com um custo elevado para manter essa equipe e colocar essa equipe em área. Então, assim, o deslocamento, a questão da atenção básica, hoje que é feita primordialmente pela FUNASA, e com a referência desses pacientes também que são referenciados para as unidades e também para o pólo base, no caso é o município, e essas referências, quando não é resolvida no município, são encaminhadas para os hospitais de referência de média e alta complexidade. No caso, temos em Rio Branco hoje uma Casa de Saúde do Índio, que é a Casa de Passagem, onde esses índios são referenciados, os indígenas são referenciados para lá e ali encaminhados para os hospitais, para a rede do SUS mesmo, para fazer a questão de exames, consultas, aquelas que não são feitas basicamente nos municípios. Então, essa atenção tem-se voltado primordialmente na questão da FUNASA, da atenção básica mesmo, do atendimento nas aldeias, porque o próprio Programa de Saúde da Família Indígena, que a FUNASA desenvolve, é essa visita domiciliar nas residências, nas aldeias. Mas nós temos, como já foi relatado, até problemas assim com a rotatividade de profissionais. A própria FUNASA tem procurado proporcionar capacitações para esses profissionais que estão ingressando na saúde indígena. Até porque a gente vê que muitos dos profissionais não tiveram uma preparação em universidades para trabalhar com a população indígena. Até porque nós trabalhamos, aqui entre esses 2 distritos, com 17 etnias, e cada etnia tem, se a gente for ver, suas especificidades, tem sua cultura. Então, é



importante a gente estar voltado também para essa questão desse trabalho. A própria população, hoje, indígena nos requisita realmente um trabalho mais acentuado das equipes nas aldeias. Mas devido à própria questão da logística, da dificuldade de acesso e da rotatividade também de profissionais que nós temos, acaba que ainda nós não conseguimos fazer uma cobertura, vamos dizer assim, mais significativa para que esses profissionais possam estar mais permanente em área. Até porque nós não tivemos, dentro de um programa aqui, como conseguir que um profissional possa passar 60 ou 90 dias viajando dentro da região amazônica para fazer esse atendimento à comunidade indígena. São profissionais que contratamos, médicos, enfermeiros, e que têm uma formação não preparada, vamos dizer assim, voltada para essa questão da Amazônia Legal de estar tanto tempo dentro de áreas de difícil acesso também com uma situação que pode trazer risco à própria saúde dos profissionais, que nós sabemos disso, essa garantia, essa segurança, que são locais de difícil acesso, áreas fluviais, tem de viajar de aeronaves, toda uma situação bem característica. E essa dificuldade nós encontramos, de ter esse apoio. É diferente, muitas vezes que a gente faz até uma comparação, muitas vezes até na população não-indígena, no próprio perímetro urbano, a gente já vê que o Programa de Saúde da Família às vezes não consegue fazer uma cobertura total na área urbana do município. E a gente fazer uma cobertura total dentro de uma área rural dentro da região amazônica é complicado. Mas a gente tem procurado de todas as formas fazer essa contratação e procurando colocar essas equipes em área para que venham fazer esse atendimento básico, o atendimento básico à população, e orientando também a esses profissionais que possam estar fazendo um atendimento também mais humanizado. A própria população indígena nos cobra muito isso, desse atendimento mais humanizado, entendendo que eles têm a sua cultura, têm a sua necessidade e que possam, junto desse, vamos dizer, contexto, estar recebendo um tratamento e uma assistência adequada a essa comunidade. Eu volto a passar e confirmar o que o Paulo César falou: que, hoje, para o Estado do Acre, dentro de todas as Prefeituras, envolvendo essa região do DSEI Alto Juruá e DSEI Alto Purus recebemos, em média, 15 milhões de reais, repassados pela SAS — Secretaria de Assistência à Saúde, e, em média, de 1 milhão e 200, repassados, que é um outro incentivo que hoje, pela



Portaria 2.656, que foi publicada em 17 de outubro de 2007, que é um incentivo da atenção especializada para os hospitais e unidades mistas de saúde que estão cadastradas e foram cadastradas e habilitadas para receber esse recurso. São recursos repassados de incentivo da atenção especializada para dar um suporte aos hospitais e às unidades, a dar uma resolubilidade mais rápida, quando o paciente indígena é referenciado para aquela unidade. Então, se vêm com uma referência de um município, da aldeia, pela equipe ou pelo próprio (*ininteligível*), passa em um pólo básico, que é o município, e referencia para esses hospitais, esse incentivo vem de uma forma que o hospital possa dar uma resposta mais rápida. E nós temos sempre trabalhado com os hospitais e temos visto que nos próprios hospitais a demanda não é só do indígena, é indígena e não-indígena, e a gente verifica que a própria população não-indígena, também no acesso a essa assistência do Sistema Único de Saúde, hoje é complexa. Mas a gente tem procurado para que o paciente indígena tenha esse tratamento diferenciado, tendo em vista que ele vem para o município e quer uma resposta mais rápida a um exame ou uma consulta para retornar para a sua aldeia. Mas hoje nós ainda encontramos problema nessa assistência, nessa resolubilidade. Ela ainda tem demorado bastante, mas nós temos procurado junto ao Estado fazer essa parceria, por meio agora dessa Portaria 2.656, elaboração de um plano de trabalho para que o indígena, ao chegar nessa unidade ou no hospital, ele possa ter um protocolo, vamos dizer assim, ter uma entrada diferenciada, para que ele tenha essa resolubilidade”...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - É 2.656, de 17 de outubro de 2007. Porque essa portaria regulamenta, mas essa questão do repasse, dos incentivos da atenção básica aos povos indígenas, que é repassado fundo a fundo para os municípios e o incentivo da atenção especializada aos povos indígenas, que é repassado para os hospitais e unidades mistas de saúde do Estado. Então, assim, esse recurso ele vem de uma forma regulamentar e dá mais uma diretriz, vamos dizer assim, para você poder pactuar com os municípios e com o Estado, elaborando plano de trabalho, não só verificando a questão, pactuando a questão da contratação de recursos humanos, que isso tem que ser discutido com os municípios, ver a forma de contratação, porque até então, como foi relatado hoje,



tem-se contratado esses profissionais, as Prefeituras, como prestadores de serviço, é até devido à questão da própria rotatividade muito grande de profissionais, você não conseguiu ainda fazer ou um concurso, ou um processo seletivo simplificado como uma forma de garantir os direitos trabalhistas desses profissionais, porque é até muito essa questão. Nós conseguimos hoje fazer, no Município de Rio Branco, a Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco conseguiu fazer esse processo seletivo, onde foram contratados médicos, assistentes sociais, enfermeiros, auxiliares e técnicos de enfermagem, apoio administrativo, para trabalhar exclusivamente na Casa de Saúde do Índio, que é uma casa de passagem onde todos os índios são referenciados, tanto aqui do DSEI do Distrito do Alto Juruá, como do DSEI Alto Purus., e tem essa composição dessa equipe.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rego Filho) - Agradeço ao Sr. coordenador. Passamos a palavra ao outro Coordenador, da outra região, Armando. Armando vai identificar-se, para efeito de taquigrafia, e ler o juramento. Cadê o juramento para o Armando ler?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CORREIA DE ARAÚJO - Meu nome mesmo não é Armando, isso é apelido desde criança, tá? Então, isso ficou.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rego Filho) - Ah, não? Qual é?

O SR. JOSÉ FRANCISCO CORREIA DE ARAÚJO - Mas é José Francisco Correia de Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rego Filho) - Mas para Armando está longe demais. *(Risos.)*

O SR. JOSÉ FRANCISCO CORREIA DE ARAÚJO - É conhecido por Armando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rego Filho) - Mas como é? José...

O SR. JOSÉ FRANCISCO CORREIA DE ARAÚJO - José Francisco Correia de Araújo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rego Filho) - Com a palavra o Sr. José Francisco. Ao juramento.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CORREIA DE ARAÚJO - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado. Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rego Filho) - Eu gostaria de registrar o agradecimento à assistência que estamos recebendo do Vereador Félix, que eu já mencionei, e do Vereador Marito, que desde ontem nos acompanha nesta Comissão. Com a palavra Zé Francisco, ou Armando.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CORREIA DE ARAÚJO - Obrigado. Bom, as questões do DSEI Alto Juruá seriam quase idênticas ao do DSEI Alto Purus. Eu, por exemplo, estou assumindo como chefe do distrito há 45 dias. Então, a gente está caminhando. A gente trabalhava antes na parte operacional do DSEI. Mas as dificuldades o Gelcimar colocou o Dr. Paulo César também já colocou. Isso no Juruá não é muito também diferente, até porque as nossas aldeias, no que abrange dizer Alto Juruá, nós não temos nenhuma aldeia na margem do rio, por exemplo, na margem do rio Juruá, todas são centrais, a exemplo aqui só dos catuquinas e dos poianauas, que é aqui em Manso Lima, as catuquinas, na BR 364. Também em Tarauacá e Feijó nós temos 2 aldeias também que dá ir por terra, no caso, terrestre, e as demais se faz de barcos. As dificuldades das equipes são muitas, porque a distância, porque nós estamos aqui... Por exemplo, Feijó, nós gastamos de 8 a 12 dias para começar a trabalhar na última aldeia, no sentido de você descer o rio. Jordão também é muito dificultoso, mas a nossa equipe, as pessoas estão todas empenhadas no que se refere ao atendimento à saúde indígena. Queria relatar também para V.Sas. no sentido de profissionais no que se refere médicos. Nós temos uma grande dificuldade, porque aqui na nossa região muitos médicos se formam na Bolívia e no Peru, então, temos na legalidade do CRM, porque nós não podemos contratar profissionais para estarem em áreas sem CRM, porque senão a gente vai responder depois no Ministério Público. Então, essa é uma das grandes dificuldades. Mas essas equipes que nós temos no Alto Rio Juruá, nós temos 2 médicos apenas, que é um no Município de Cruzeiro do Sul e outro em Manso Lima. Nos demais 5 pólos, está faltando profissionais. Mas por isso também não estamos deixando de atender. Tem parceria com as Prefeituras. No caso de Jordão, o nosso Prefeito foi muito solidário a nos ajudar nesse sentido. Quando precisamos de profissionais médicos para a área, ele nos disponibiliza para atender nas comunidades indígenas. E estamos correndo atrás desses profissionais. É que nem já citei antes: a gente está apenas há 45 dias. Então, a gente está caminhando.



Ainda estamos tentando nos estruturar junto com nossos profissionais para juntos a gente fazer um bom trabalho. Acho que era mais ou menos isso aí. Se tem alguma pergunta mais aí, eu posso responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Muito bem, Armando. Eu gostaria de passar a palavra, por obediência regimental, ao Sr. Relator, Deputado Vicentinho Alves, para as suas iniciais interpelações aos 5 convocados.

Com a palavra o Sr. Relator Geral.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Sr. Presidente, Sr. Deputado Ilderlei, convidados, os que nos assistem, a população que nos assiste, quero inicialmente parabenizar o Deputado Ilderlei pela feliz idéia do requerimento de estarmos aqui na sua cidade, parabenizar a população de Cruzeiro do Sul pelo Deputado que vocês têm, um brilhante Deputado na Câmara Federal, um bom colega, muito dedicado ao mandato. Eu sou testemunha ocular, presente ali da atuação do Deputado Ilderlei, e hoje, neste mandato, eu consegui também ganhar a amizade desse bom amigo. Portanto, parabenizo e agradeço a oportunidade de estar aqui na sua cidade, desse povo muito hospitaleiro.

Eu quero ser bastante objetivo, e as perguntas que eu vou fazer servem para todos, para sermos mais objetivos ainda. O que não for especificamente daquela área, é do outro. Eu pergunto... Se puderam anotar, porque depois vão... E o que os senhores já explanaram tem contribuído muito com o nosso relatório, Presidente, e o que vão responder agora com essas perguntas vão contribuir ainda mais.

O relacionamento FUNAI e FUNASA como é no Estado? É bom? Precisa melhorar? Essa é uma pergunta. Ainda existe convênio com ONGs para terceirização do atendimento à saúde indígena? Se existe, quem são esses dirigentes da UNIACRE que foram citados aqui? Os dados das 2 regionais dos DSEIs sobre mortalidade infantil, os dados exatos no Estado do Acre e se há um controle efetivo do índice de natalidade.

Cumprimento o Vereador Marito e cumprimento também o Vereador Félix, que tem nos apoiado desde ontem. Agradeço a atenção. Realmente, estamos andando no Brasil inteiro e temos observado que o problema do saneamento, da água, principalmente em Mato Grosso do Sul, que nós já estivemos por lá, Dourados, à medida que você chega com a água nas residências, melhora a



qualidade de vida. Portanto, quero aqui perguntar se nas aldeias existe água para os índios, água tratada. Se não existe, como está essa situação. Eu pergunto ao nosso índio — está ali — arara. Primeiro, parabenizá-lo pelo seu dia e a todo o seu povo e a todos os índios do Brasil. Pergunto para conhecermos melhor a questão cultural: Quando nasce uma criança — porque tem aldeia em que ocorre, tem etnia em que ocorre, tem etnia em que não —, quando nasce uma criança na aldeia e ela vem com um problema de saúde, vocês matam aquela, ou deficiência, qualquer, ou uma mancha, ou hidrocefalia, enfim, vocês têm a cultura de matar aquela criança? Não, não é? *(Pausa.)* Aqui não é do costume arara usar esse sistema?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não, voltando a falar do nosso povo, não só do nosso povo, mas do povo do Juruá, acho que o povo do Acre não tem esse costume.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não tem.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - O povo do Acre não.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Só mais uma pergunta com relação à cultura do pajé: quando a FUNASA vai fazer aquela campanha de vacinação, primeiro, se está ocorrendo a vacinação a contento no Estado em todas as aldeias. Isso serve para os senhores também. E, quando vai ocorrer, há alguma rejeição por parte do povo arara e de outra etnia contrária?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - O povo, não só o povo arara, mas tem alguns índios que não gostam de tomar vacina. Mas hoje a maioria do nosso povo já está tomando a vacina.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Quando a criança está com problema de subnutrição, o povo arara já leva direto à FUNASA para o tratamento ou primeiro passa pelo pajé?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - O povo arara primeiro passa pelo pajé. A gente leva ao conhecimento do medicamento farmacêutico quando a gente não está dando jeito, o pajé, lá da terra indígena.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E o pajé facilita esse trabalho?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Sempre tem facilitado. Isso, para isso, tem que a gente, como liderança, está dando mais atenção.



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não é assim quando não tem mais jeito é que se leva? Como é?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não, quando não tem mais jeito, que o pajé não dá jeito, a gente leva para o conhecimento lá...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E aí não é numa condição mais grave?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não, muitas vezes isso é muito rápido, porque o pajé também ele tem o conhecimento de, quando não dá jeito, dizer: "*Aqui não é a minha área, eu não dou jeito, pode seguir para o médico porque...*" E quando ele dá jeito, ele fala também: "*Isso aqui eu resolvo. Não precisa levar para o médico*".

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - No Mato Grosso do Sul, nós observamos que o problema territorial, área pequena para muitos índios, é um dos problemas de mortalidade infantil por subnutrição, além de água, que agora já avançou. A FUNASA avançou nesse aspecto. Aqui, com relação ao território arara e aos demais, é satisfatório o tamanho da área?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Assim, acho que para alguns povos não é, aqui na região do Acre, mas alguns povos é porque, assim, acho que o povo tem crescido bastante. Então, em alguns etnias aqui no Juruá a terra está ficando muito pequena. Precisa ser ampliada daqui a alguns anos. Isso precisa, em algumas terras precisa. Mas tem muitas terras... Por exemplo, a nossa terra do povo arara lá, que é 86.700 hectares, é terra para daqui 100 anos nós não estar podendo estar mexendo nela.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - O.k. Deixa eu fazer uma pergunta com relação à questão das crenças. Na visão sua, José Maria, vocês são a favor da própria crença religiosa de vocês ou de outras crenças? Como vocês convivem assim?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Eu vou falar assim do povo arara, que eu vivo lá o dia-a-dia. A gente sempre, quase todo povo indígena eu acho que é católico, mas temos alguns, em algumas etnias, em alguns povos diferentes que já tem alguns evangélicos, tem outros cabras que tem outro lado, que tem o Santo



Daime, que muita gente leva para o lado como santo, o Santo Daime. Assim, acho que em várias etnias tem várias diferenças.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Muito bem, obrigado. Agora, com relação às entidades, aos órgãos, como é usado o recurso da FUNAI e o recurso da FUNASA? Da FUNAI, nós lamentamos a ausência do coordenador Antonio Ferreira da Silva. Mas ele haverá de ser convocado novamente e deverá ir a Brasília, porque é importante nós o ouvirmos. Portanto... Porque, na realidade, esta CPI tem como propósito do Presidente, dos membros e deste Relator, nós apresentarmos um relatório propositivo. Nada daqueles barulhos, daquela história toda, porque nós queremos efetivamente dar a nossa contribuição como Parlamentares, apontando ali onde estão as deficiências, naturalmente colocadas por vocês, e apresentando soluções para o Governo Federal, tanto para FUNAI, FUNASA e todos os órgãos envolvidos. Lamentamos a ausência do Sr. Antonio Ferreira da Silva. Então, como é usado o recurso da FUNASA? Eu, particularmente, quero dizer aos senhores que, como Parlamentar, como cidadão, eu entendo que saúde, educação e segurança é dever de Estado. Não tem que se terceirizar nada, nem responsabilidade. Essa história de ONGs está virando uma regra em todos os Estados brasileiros, delas até virando, como se diz, franquias. Tem umas que já estão no Mato Grosso do Sul, já estão no Maranhão, já estão... Está virando franquias. Parece que... E eu compreendo que não. Eu defendo que haja na FUNASA — e vamos apontar um relatório — um plano de cargos, carreira e salários, porque concurso público nós vamos apontar no relatório para regiões específicas, médicos para aquelas regiões específicas. Pode se fazer assim. Ele já vai prestar o concurso sabendo que vai trabalhar naquela região. Engenheiros, arquitetos e por aí afora. Então, nós vamos apontar, porque nós estamos chegando a uma situação em que temos mais de 20 anos que a FUNASA não faz concurso. Nós estamos de um jeito que não temos técnicos nem para analisar os projetos, os convênios, e muito menos fiscalizar os recursos. Tudo se terceirizando para ONGs. Ora, completamente equivocada essa forma que o Estado brasileiro está se comportando com o recurso público. Vamos apontar um projeto de lei de um comitê gestor para que esse recurso, as ações etc.... Tanto FUNAI, FUNASA, Ministério Público, secretarias de saúde de municípios e de Estados estejam no comitê gestor para planejar, executar e



fiscalizar as ações, porque isso está muito solto. A FUNASA está num sentido, a FUNAI está em outro. Como que se trabalha dessa forma? Aqui me parece que não é muito diferente. No Maranhão, um desastre. No Maranhão... Então, quais... O índice de mortalidade nós já... Quais os recursos humanos utilizados pela FUNASA? Tivemos, em parte, a informação de apenas um engenheiro. Gostaria de saber mais sobre os médicos, enfermeiras, dados exatos. Se não tiverem hoje, por favor, nos enviem. Toda esta reunião está sendo gravada pela nossa assessoria da Câmara. Com certeza, nós haveremos de ouvir toda esta reunião. O que faltar, a gente vai procurar os senhores para esclarecer melhor. Mas gostaria de saber o número de pessoas que trabalham na FUNASA aqui na região e no Acre como um todo.

Quantas crianças realmente morreram por subnutrição, que é o caso específico da nossa CPI? Quais as sugestões que os senhores têm para o combate à subnutrição? Eu iria fazer uma pergunta ao Coordenador da FUNAI: o que a FUNAI está fazendo para a cadeia alimentar? Porque não basta pegar a criança com subnutrição e levar para a FUNASA, para o Centrinho e, depois, devolve à aldeia. E ali, o que que está ocorrendo? O que se está plantando? O que se está fazendo para que os povos indígenas realmente tenham a sua alimentação assegurada? Porque não basta apenas a cesta básica, porque ela atende a uns, outros não, e aos que atende é pouco. Então, se a FUNAI está plantando; se a FUNAI está dando condição de os nossos índios se alimentarem. Porque não adianta se falar de subnutrição, se não há uma cadeia alimentar ali, permanente.

Ele vai nos responder isso em breve.

As últimas perguntas: como que é... Esta é ao nosso índio, José Maria.

José Maria, como é o contato dos índios com a sociedade nacional, ou seja, com os brancos — que normalmente a gente conhece de forma popular —, dos índios com os brancos? Como é que é? É boa, aqui na região?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Felizmente, aqui na região do Juruá, acho que o contato é totalmente tranqüilo. A gente... Sempre a gente é vizinho mesmo. A terra indígena sempre é na margem do rio: um lado indígena e outro lado assentamento do INCRA, que sempre acontece no interior das nossas terras. Então, esse contato, graças a Deus, é tranqüilo, porque até ali é morador velho, que já nasceu ali de muito tempo, de 30, 40 anos; que não vem ninguém de fora também.



Sempre um rio é muito fortalecido. Pessoas já muito antigas naquele rio. Então, isso fortalece muito o nosso contato.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Me esclarece: porque tem algumas etnias que os índios são catadores na mata; e outras, eles têm como princípio plantar, armazenar etc. A sua, como que é, entre as 2?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Eu não entendi muito bem...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Tem etnia — por exemplo: guarani, terenas —, tem uns que... Se eu não me engano, os guaranis, eles são aquela etnia que gosta de plantar, que gosta de guardar seus alimentos em casa, armazenar etc.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - E os terenas são mais de buscar na mata, são catadores ali.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Hum, hum.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - A sua, como que é? É mais de buscar na mata, ou vocês gostam de plantar?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não, o nosso povo totalmente... Acho que na região do Juruá, o povo arara é o povo que produz mais farinha aqui na região do Juruá.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Olha aí...

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Isso... Até, agora, nós tivemos contato com o povo ashaninca; o povo ashaninca compraram 100 sacos. Eu acabei de mandar, terça-feira, para o povo ashaninca, 100 sacos de farinha.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Então, eles são de catar na mata, e vocês, de plantar, no caso.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não. É porque o povo ashaninca... Infelizmente, deu uma alagação aqui no Juruá, que acabou toda a plantação da beira do rio. Então, o povo ashaninca sofreu com essa alagação e teve que buscar da associação arara, que mandou 100 sacos de farinha. Então, nós produzimos muito. A nossa produção mais é farinha. Nós não produzimos a batata, não produzimos o arroz. A produção do povo arara é a produção de farinha.



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - A última pergunta, para concluir a minha parte e agradecer aos senhores pela atenção — e aguardando a resposta; ou agora, ou em seguida, nos enviando à CPI, em Brasília. É para você: qual a situação, no seu ver, na sua ótica — porque nós ouvimos a posição das instituições, mas eu gostaria de ouvi-lo, como representante do seu povo —, qual a situação da saúde indígena na sua aldeia? Como é que você vê, assim?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - A situação hoje...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Há muita morte de crianças por subnutrição, por exemplo?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não. No povo arara, felizmente, não acontece. Graças a Deus.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Não tem. O.k.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Isso não tem acontecido porque a gente tem tido muito cuidado. Então, é aquela coisa que eu falei no passado: quando você tem um contato muito bom... Quando a equipe se entrega ao movimento, e a Prefeitura também contribui, de a equipe estar nas áreas na época marcada, isso fortalece muito o movimento.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Que bom. Muito bem.

Então, deu para entender as nossas perguntas. Eu gostaria de ouvir todas as partes, para contribuir com o nosso relatório.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Paulo César...

O SR. PAULO CÉSAR DE ALMEIDA TOURINHO - Eu vou responder...

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Viu, Paulo, eu só quero dizer aos senhores que, às vezes, eu pergunto e não anoto a resposta: é porque estão nas notas taquigráficas. Então, fiquem tranquilos, que nós vamos ter toda a atenção com a resposta dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Bem, dando prosseguimento ao nosso trabalho, nós passamos a ouvir os expositores, no que se refere às respostas às perguntas feitas pelo Deputado Vicentinho Alves, Relator desta Comissão, a começar pelo Sr. Paulo César, Coordenador Substituto da FUNASA no Estado do Acre.



Eu só pediria aos senhores que fossem ao máximo objetivos nas suas respostas, haja vista que, na parte preliminar, os senhores já puderam traçar um retrato da situação dentro de cada área em que os senhores atuam. Portanto, objetivando a economicidade de tempo, que sejam objetivos nas suas respostas, a fim de que nós possamos ouvir todos e que os demais Deputados também façam as suas intervenções logo a seguir.

O SR. PAULO CÉSAR DE ALMEIDA TOURINHO - Eu me comprometo a passar os dados todos dos sistemas de abastecimento de água nas aldeias, inclusive a implantação de melhorias sanitárias domiciliares, para Brasília. Mandarei mais tarde. Com relação a abastecimento de água, são poucas aldeias que nós estamos tratando. Ou seja, não é bem tratar, é colocar o cloro para garantir a qualidade de água, porque nós estamos sem pessoal. Eu estou aguardando uma bióloga; estou tentando conseguir no Estado a cessão dela — ela gosta, é comprometida com esse trabalho nosso em aldeias —, para a implantação de cloradores, que é a proteção. Mas hoje nós trabalhamos com poços mais profundos, ou seja, onde a gente garante a qualidade da água; ou, se não, em nascentes protegidas, onde existe a qualidade da água. A gente, no momento, não garante a proteção dessa água, até a sua utilização. E esses dados eu passo depois, pormenorizados, para a CPI. Agora eu gostaria de complementar 2 coisas. Não existe problema com o branco? Existe, um pouco, que foi relatado nessa reunião nossa, na quinta-feira, em que esses assentamentos de INCRA próximos às aldeias têm causado problema, porque, nas aldeias onde não tem abastecimento de água, eles se utilizam da água do rio. E dizem que o pessoal da aldeia, quando morre um cachorro, quando morre um boi, eles jogam dentro do rio. E isso cria sério risco à saúde. Isso foi apresentado nesse nosso trabalho, dessa Portaria 2.656, da pactuação, onde as lideranças tiveram a possibilidade de falar um pouquinho. Então, esse probleminha existe um pouco. E com relação ao relacionamento FUNASA/FUNAI, eu cito só um exemplo: a CASAI lá de Rio Branco deveria ser somente para os parentes que estivessem com problema de saúde. Mas muitos índios que vêm à Capital para resolver problemas de retirada de documento, de aposentadoria, eles se hospedam na CASAI.



O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Deixa eu só fazer uma pergunta nesse sentido, que eu não perguntei: os índios que estão com problema de doença contagiosa — por exemplo: tuberculose; não sei se aqui tem, mas no Maranhão existe —, eles convivem diretamente ali, relacionados com os demais, na Casa do Índio? Ou há um cuidado?

(Pausa.)

O SR. DEPUTADO VITAL DO RÊGO FILHO - Quem se habilitar, responde.

O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - Eles são referenciados pelo pólo-base. E, na CASAI, ele tem um espaço reservado, que esses pacientes que têm esse tipo de doença...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - É. Assim, uma referência. Mas, mesmo assim, a gente tem dificuldade, porque a gente sabe que, mesmo você tendo esse isolamento, eles ficam ali o dia inteiro, né? E são muitos indígenas. Às vezes, nós temos, em média, de na CASAI ter 120 indígenas/dia, que são referenciados tanto do distrito aqui de Juruá como do Purus.

O SR. PAULO CÉSAR DE ALMEIDA TOURINHO - Gostaria também de complementar: que, quando um indígena vai para fazer um tratamento, ele nunca vai sozinho; ele leva a família. Vão de 3 a 5 pessoas acompanhando. E todas essas pessoas ficam hospedadas na CASAI. São os familiares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Vamos passar ao próximo expositor.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Ainda falta responder se há ONGs atuando.

O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - Não. Com a denúncia do convênio, em 2004, o encerramento em julho de 2004, a FUNASA não fez mais, aqui no Acre, convênio com nenhuma ONG. Então, hoje, atualmente, nós estamos trabalhando com esse recurso das Prefeituras que contratam, e os recursos repassados do teto do Distrito da FUNASA, que vem direto da FUNASA.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Com relação a concurso, plano de cargo, carreira e salário para o atendimento direto, qual o pensamento dos senhores? A favor ou contra?



O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - Nós somos a favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Prosseguindo.

O SR. JOSÉ FRANCISCO CORREIA DE ARAÚJO - Essa questão que V.Exa. colocou sobre controle de natalidade e de crianças desnutridas a gente gostaria depois de passar via *e-mail* para vocês, está bom?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Com relação ao controle de natalidade, o DSEI tem uma equipe técnica em Brasília que faz esse acompanhamento. E no Distrito tem também um relatório padrão que trabalha esse dado. E como o Armando está assumindo há 5 dias o Distrito, ele ainda está se situando de algumas... do funcionamento propriamente dito e, principalmente, dessa área técnica, que é mais complexa. Sobre os dados de mortalidade infantil, creio assim, na minha opinião, pelo que a gente acompanha, que a causa primária é realmente a desnutrição. Uma criança desnutrida, quando desenvolve algum tipo de doença, tende a entrar num estado grave de saúde. E comumente o que mais mata as crianças indígenas são as diarreias e as infecções respiratórias. São doenças de terceiro mundo, de quinto mundo. E isso tem, na minha opinião, como causa primária a desnutrição. Não aparece no laudo como desnutrição, mas a causa primária é a desnutrição infantil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Enquanto aguardamos o retorno do Deputado Ilderlei, eu gostaria de fazer algumas perguntas. E queiram me perdoar se, porventura, eu repetir perguntas eventualmente já feitas pelo Relator, haja vista que tive de me ausentar por algum tempo. Daí é possível que tenha perdido o seqüenciamento.

O primeiro expositor falou da questão de atrasos. Eu quero voltar um pouquinho. Pode parecer que não tem muita importância, e talvez realmente não tenha aqui para o Acre, haja vista que o Acre não mais adota o sistema de convênio com ONGs, mas são importantes algumas informações até mesmo para estabelecermos juízo de valor em outros Estados que ainda praticam esse procedimento.

O senhor falou do atraso no pagamento dos servidores e no pagamento de insumos. Esses atrasos se davam em decorrência do atraso da instituição ao



repassar esses recursos à ONG, ou a ONG recebia esses recursos e, ainda assim, atrasava? Qual era o principal fator desses atrasos?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Eram 2 fatores. O primeiro com relação ao que era conveniado entre a FUNASA e a ONG, a prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Quer dizer, atrasava a prestação de contas, atrasava o repasse. Era um círculo vicioso, é isso?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - A UNIACRE — o Zé Maria está aqui como indígena, ele sabe, a gente sabe, nós acompanhamos isso desde o início —, a UNIACRE, infelizmente, não aplicava o recurso de acordo com o plano de trabalho. E isso implicou que todas as prestações de contas da UNI ficaram em aberto. E isso fez com que a FUNASA não repassasse os recursos em tempo adequado. O outro fator, como eu disse na minha explanação inicial, é que houve uma triangulação de recursos. Os recursos que caíam na SAS de 2002 a junho de 2004 eram repassados pelas Prefeituras à UNIACRE, para que a UNIACRE pagasse o pessoal, mas, infelizmente, a UNIACRE não pagava o pessoal em dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Uma última pergunta, ainda relativa à ONG. Essa UNIACRE tinha experiência anterior em prestação de serviço público e quando foi conveniada, que tempo tinha de constituída essa ONG? O senhor sabe informar isso?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Com relação ao tempo de existência dela, eu não sei, não tenho essa informação. E com relação à experiência de aplicabilidade de recursos no montante como foi passado pela FUNASA, a UNIACRE não tinha essa experiência. Ela trabalhava com convênios que eram pequenininhos, de 50 mil reais, 60 mil reais. O primeiro convênio, 430/99, que foi assinado com a UNIACRE foi no valor de 5 milhões e 800 mil reais, um montante de dinheiro muito grande.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O senhor disse que ela era uma ONG indígena. Como era essa composição? Eram diversas etnias, fizeram uma associação, como era, como era isso?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Ela era uma organização, era a representação de todas as... Aliás, a UNIACRE representava o movimento indígena do Acre. O seu presidente era eleito por 2 anos. O presidente da UNIACRE era um



Apurinã; o vice-presidente era um Caxinauá; tinha um tesoureiro que era um Manchineri e o secretário era um Caxinauá. Tinha 2 Caxinauás, um Apurinã e um Manchineri.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Na montagem desse conselho, havia influência política ou de lideranças religiosas?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Olha, eu creio que... política partidária ou política do movimento indígena?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Política partidária, política partidária e de pessoas não naturais das comunidades.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Bom, o movimento indígena, até onde eu conheço, é um movimento político, tanto faz a política do movimento indígena, como também ele é político-partidário.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não foi essa a minha a pergunta. Eu perguntei ao senhor, objetivamente, se o senhor, em algum momento, detectou a presença de agentes políticos não naturais das comunidades, influenciando a composição do conselho, sim ou não.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Não. Isso era uma política indígena... interna da... do povo indígena.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - E religiosos? Tinha religiosos?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Também não. Eu gostaria de ouvir o líder arara.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Pois não, pode perguntar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Eu tinha anotado algumas perguntas, umas aqui já estão ultrapassadas. Eu quero saber do senhor se há estrangeiros andando na sua área sob qualquer pretexto: religioso, ambientalista interessado em auxiliá-los, se há presença de estrangeiro na sua área, na área dos araras.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não. Felizmente, não. Nós, como lideranças, não deixamos até hoje esse pessoal se fortalecer dentro da nossa terra. Isso a gente tem tido muito cuidado. Alguns já tentaram entrar. Mas sem a nossa ordem, sem a ordem da FUNAI, até hoje não conseguiram entrar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Como é o relacionamento dos senhores com as Forças Armadas, mais precisamente com o Exército?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Infelizmente, nós não temos muito contato com o Exército, nem assim... mais com a Polícia Federal, a gente tem tido mais junto à Polícia Federal e ao Delegado do Município de Porto Walter.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Mas isso não significa que tenha qualquer espécie de dificuldade com os militares brasileiros?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não. Isso é porque a gente não necessitou, graças a Deus.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Uma pergunta que aparentemente pode não ter muito a ver, mas é importante até para outros trabalhos. Sabe-se que hoje há a presença de colombianos nos nossos rios, em toda a malha fluvial da Amazônia. O senhor em algum momento chegou a saber — ou ver — da presença de pessoas de língua espanhola trafegando, navegando pelos rios da sua área?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não. Na nossa região, não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Então, Sr. Paulo César, da FUNASA — muito obrigado —, quem tem a obrigação — estou usando “obrigação” — legal de fazer as anotações de nascimentos e de óbitos na comunidade indígena do Acre, a FUNASA, ou a FUNAI, ou as 2?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - São... FUNASA, né? Como não tenho essa resposta, eu pedi ao pessoal... A FUNASA.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - A FUNASA aqui é responsável pela certidão de nascimento?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Não, pelo acompanhamento dos nascimentos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Não, eu estou falando de registro civil.

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Ah, de registro civil. Aí é a FUNAI. A FUNAI é que é responsável pelo registro.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Os senhores que estão dentro da área mais permanente, esse trabalho é contínuo ou está a desejar? O que imaginam os senhores?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Olha, eu tenho mais ligação com os trabalhos da FUNASA, e tem deixado a desejar por problema, por dificuldade de a gente contratar equipe, por dificuldade de a gente estruturar, montar todo o grupo para sair para o deslocamento para trabalhar nas aldeias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - E os óbitos? Estou vendo que o nascimento parece que não há um acompanhamento em *real time*, mas e os óbitos, sobretudo das crianças? A FUNASA tem a equipe de saúde, constata o óbito de uma criança, o que faz a FUNASA? Informa à FUNAI? Quem vai atrás da expedição da certidão de óbito? A quem compete fazer isso?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Eu sei que a FUNASA tem o levantamento dos óbitos.

O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - A equipe multidisciplinar que faz as visitas às aldeias tem esse acompanhamento, porque na FUNASA nós temos um sistema de informação, que é o SIASI. Todos os procedimentos, os atendimentos, as notificações de nascimentos, de óbitos são preenchidas pela equipe multidisciplinar, e esse sistema de informação é alimentado.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Posso ajudar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Por favor.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Posso ajudar?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Desde que objetivamente.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Objetivamente. Olhe só, a FUNASA trabalha com a informação do agente de saúde indígena na aldeia e da equipe multidisciplinar, como o Gelcimar já falou, então, não necessariamente tendo como referência a declaração de óbito. O sistema de informação da FUNASA é alimentado...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Quem mantém o banco de dados de nascimento e óbito, vocês ou a FUNAI? De quem é a obrigação? Eu entendo que até os senhores, por estarem mais presentes, talvez tenham mais



auxiliado nessa situação. Mas, legalmente, de quem se deve cobrar essas informações?

O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - É da FUNASA, porque a FUNASA tem as equipes que visitam as aldeias e fazem as notificações.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Agora, nós... a FUNASA não tem, cá na minha opinião, obrigação de trabalhar para expedir o registro de nascimento das crianças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Eu vou simplificar. Eu vou simplificar. O senhor, como agente da FUNASA, o senhor é legalmente competente para ir ao cartório e pedir o registro de uma criança que nasceu?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Então não é o senhor, é a FUNAI. Se morrer, a FUNASA é o órgão competente para ir ao cartório e pedir a expedição do atestado de óbito? É a FUNAI?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - É a FUNAI.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Concluindo, há comunidades indígenas em todo o Brasil que praticam o infanticídio. E as causas são culturais, religiosas, as mais variadas possíveis, desde o duplo nascimento, o primeiro filho ser mulher, o filho nascer com algum problema de saúde, e por aí vai. Há registro de infanticídio na área da FUNASA aqui no Acre ou não há essa prática dentro das comunidades indígenas? Não queremos saber qual e nem as razões pelas quais o praticam, queremos apenas saber se há registro dessa prática nas comunidades indígenas do Acre.

O SR. GELCIMAR MOTA DA CRUZ - Eu desconheço.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O nosso líder arara.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Eu não entendi muito bem a pergunta. Pode perguntar de novo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - Eu disse que no Brasil há muitas comunidades indígenas que praticam o infanticídio — a mãe, geralmente a mãe, por uma questão cultural... às vezes nascem gêmeos e há a crença de que um deles não traz um espírito bom. Então, a mãe, geralmente a mãe, acaba matando a criança na hora do nascimento. Há outros que o fazem porque o primeiro filho é



mulher e aquela comunidade acredita que o primeiro filho tem que ser sempre homem — isso acontece com os yanomamis. Há também aqueles que matam o filho ou o abandonam em lugar ermo porque, de repente, teve uma perna quebrada e não pode mais adquirir a perfeição. Quer dizer, são diversos motivos. Há ainda outras comunidades em que, quando o marido descobre que a esposa ficou grávida de um relacionamento extraconjugal, a mãe é obrigada a sacrificar o filho quando nasce. No Brasil há para mais de 20 razões culturais para essa prática. A pergunta é se, aqui no Acre, o senhor tem conhecimento de que alguma etnia pratica esse tipo de ato, seja qual for a razão.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não. Aqui no Acre, felizmente, tenho visitado quase todas as aldeias e não tenho esse conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edio Lopes) - O senhor não tem conhecimento. Bem, nós queremos passar a palavra ao Deputado Ilderlei, e aqui também cabe a mim, até por uma questão de justiça, dizer da importância dessa visita ao Acre. Nós sairemos daqui com um número de informações extraordinário, informações colhidas de forma civilizada, de forma bastante esclarecedora. E esse trabalho, para o resumo final do trabalho desta Comissão, é importantíssimo. E ele só nos foi possível, como disse o nosso Presidente, graças ao compromisso e à vontade de contribuir com o Estado do Acre, especialmente com a comunidade indígena, que é marca registrada do Deputado Ilderlei na Câmara dos Deputados. Então, por questão de justiça, eu não poderia deixar de reafirmar essa verdade. Nós aqui estamos fruto do trabalho, fruto da vontade, fruto do compromisso moral, do compromisso que o Deputado Ilderlei tem com este Estado e com a comunidade indígena em particular. Porque há muitos Estados e há muitos Deputados que não querem que esta Comissão sequer passe por cima de seu território. E aqui no Acre nós recebemos todo o tempo... Está aqui o Presidente, que já falou isso antes, eu estou aqui repetindo, mas é sempre bom repetir as coisas boas, porque nós vemos, no dia-a-dia, tanta coisa ruim dos Parlamentares, das autoridades públicas de um modo geral sendo repetida à exaustão. E quando um Parlamentar dignifica a Câmara dos Deputados, nós precisamos, por questão de justiça, trazer essas informações à comunidade onde ele vive. E vocês, independentemente da coloração política, todos aqui devem se orgulhar do mandato que o Deputado Ilderlei



desempenha na Câmara dos Deputados, independentemente de eu ser ou não seu correligionário. Mas eu não poderia sair daqui sem repetir essa verdade, sobre a qual o Presidente, com muito mais competência, já falou. Passamos, então, a ouvir o Deputado Ilderlei, que foi quem promoveu a vinda da Comissão a este Estado.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, amigos que nos ajudam no nosso grande Estado, tanto os amigos da FUNASA como os amigos índios — hoje representa aqui os índios o José Maria, a quem parabeno pelo seu dia, estendendo automaticamente esse cumprimento a todos os índios do nosso Estado e do Brasil. Quero agradecer aos amigos que vieram ver a realidade de uma CPI, os amigos que estão aí ouvindo, que estão na platéia. E agradecer de coração ao Presidente Vital do Rêgo Filho. Para quem não conhece, o Deputado Vital do Rêgo é da Paraíba. Lá também há índios, mas a realidade é outra. Ele veio de tão longe ver a nossa realidade aqui na Amazônia. Então, não seria diferente. E como nós fomos ao Mato Grosso do Sul, fomos ao Maranhão, não deixaríamos de fora o nosso grande Estado do Acre, com uma grande representação indígena na Amazônia. Então, muito obrigado, Sr. Presidente, por esse reconhecimento e por ter esta CPI vindo ao Acre, único Estado da Amazônia visitado pela CPI, para averiguar a situação da saúde indígena e ver a realidade, como está o entendimento entre FUNASA, FUNAI, índio, Governo, Prefeituras. Então, muito obrigado, Sr. Presidente. E também muito obrigado pela grande homenagem e lembrança a meu pai no começo desta grande reunião. Com certeza, onde ele estiver, ele está de coração erguido para cada dia mais ver que aqui, além de filho, está um ser humano empenhado em ajudar o Estado e o nosso País. Muito obrigado também ao Deputado Vicentinho, do PR de Tocantins, nosso Relator, por se dispor a vir conhecer a nossa região, a nossa realidade. O Deputado Vicentinho veio há pouco tempo ao Estado com a Comissão da Amazônia e com o Exército. Conheceu o Cruzeiro do Sul, mas foi rápido. Agora, não, ele veio com mais tempo conhecer a realidade dos nossos irmãos indígenas. Então, muito obrigado, Deputado Vicentinho, por estar aqui na nossa cidade. A nossa cidade é que lhe agradece e a todos os nossos colegas Deputados que aqui vieram. O nosso município é que está grato a vocês. O Deputado Edio Lopes é de Roraima, para quem não o conhece — não sei se ele se apresentou no começo, eu estava ali



dando uma entrevista. É o Estado que tem mais problemas com a situação indígena. Lá, com a realidade das etnias, com a demarcação de terra, a briga é feia. Mas a situação da saúde indígena lá já não é tão difícil como a nossa. Então, muito obrigado, Deputado Edio Lopes, por ter vindo aqui. Quero agradecer também à imprensa, que veio fazer a cobertura dos nossos trabalhos; aos nossos irmãos que aqui vieram; aos Vereadores Marito, Félix e ao Vereador Mazinho, que nos recebeu e deixou a Câmara Municipal à nossa disposição. Quero agradecer também à Polícia Federal, que sempre acompanha as CPI's e, embora não haja muito perigo nesta região, faz o seu trabalho de cuidar da segurança dos Deputados e de todos os que aqui se encontram. Quero agradecer aos amigos que vieram da Câmara, vieram de muito distante, que ainda não conheciam o Acre — muito obrigado por terem vindo à nossa cidade, é um prazer tê-los aqui, de coração. E também aos nossos irmãos aqui de Cruzeiro do Sul que nos estão ajudando aqui na Câmara com o serviço de som.

Eu queria fazer uma pergunta ao Sr. Luiz Alberto. Ele disse que a UNIACRE recebeu 13 milhões e 300 mil reais de recursos.

Esse recurso foi apenas uma vez, foi anual, todo ano vinha, como é que era?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNADES - Foram 3 convênios, acho que estão até registrados; o primeiro foi o de nº 430/99, num montante de 5 milhões e 800 mil reais.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Ah, tá, então foram 3 convênios que deram todo esse montante. Isso foi só em 1 ano?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNADES - Não.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Então, no ano seguinte veio de novo?

O SR. LUIZ ALBERTO FERNADES - Em 2001, veio o 052/2001, foi de 3 milhões e 500 mil reais e o último, o 364/2002, foi de 3 milhões e 500... Foi feito um aditivo, o Gelcimar sabe tanto quanto eu, de 1.400 reais, mas a UNIACRE recebeu apenas 800 mil reais desse aditivo. E foi exatamente com isso que nós pagamos os 9 meses de salários que estavam atrasados, quando suspendeu-se o convênio com a UNIACRE. Foram 3 convênios, Deputado.



O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - O senhor falou que realmente houve recursos. O senhor acha que esses recursos foram mal administrados ou houve desvio desses recursos, para poder não chegar à qualidade melhor, porque o senhor sempre falou que as condições não estavam boas.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Eu vejo assim: creio que houve um problema de ordem administrativa na aplicação desses recursos pela UNIACRE. Como eu disse, nós tínhamos um plano de trabalho, com rubricas bem definidas — o Gelcimar sabe disso — e, infelizmente a UNIACRE, a sua coordenação técnica, na pessoa do coordenador, que era um índio, não aplicava de acordo com o que estava programado no plano de trabalho, e isso dificultou as prestações de contas da UNIACRE, o que levou à suspensão do convênio e, inclusive, a extinção do UNIACRE, que não existe mais. A UNIACRE foi extinta.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - O senhor disse também que havia muitas coisas. Como é que o senhor vê? Hoje não tem mais? Como é que o senhor vê? Como está a saúde indígena na região e no Estado.

O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - Bem, comparando o que era na época da UNI com o que é hoje, houve um avanço. Não tem como negar isso, até porque os recursos que nós temos hoje caindo nas prefeituras, como eu disse, no montante de 570 mil e 700 reais/mês, que caem aqui, no âmbito do distrito do Alto Juruá, fora os recursos diretos da FUNASA e uma série de outros recursos que são aplicados para a execução da saúde indígena. Agora, eu tenho uma opinião, como eu disse, que precisa ser revista a questão do gerenciamento, da operacionalização das ações de saúde, porque — posso falar? — o José Maria falou aqui que Porto Walter não tem médico. Um dos Deputados fez uma pergunta que passou por alto e eu não consegui responder, eu não atentei, anotei aqui, como são aplicados os recursos destinados à saúde indígena? Então, o senhor é conselheiro local? (*Pausa.*) Conselheiro local. Ele, na qualidade de conselheiro local e de uma liderança indígena não está informado de que o município de Porto Walter está pagando a um médico o valor 5 mil reais e ele disse aqui que não tem médico no pólo base de Porto Walter. Mas eu tenho aqui a folha de pagamento...

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Então, o pagamento está saindo e não existe médico lá?



O SR. LUIZ ALBERTO FERNANDES - ...e aqui consta o nome de um médico como o salário de 5 mil reais, que não está..., que não aparece, que não está prestando assistência à população indígena. Então, na minha opinião, essas coisas precisam ser revistas pela FUNASA, pelo movimento indígena e pelas prefeituras, para que o recurso que cai em cada prefeitura seja aplicado na saúde indígena e que os profissionais, que são pagos, façam a assistência na aldeia.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Então, o senhor está confirmando que o médico está sendo pago na aldeia e o José Maria acabou de falar que não tem médico na...

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Eu creio que ele desconhece a informação, mas eu tenho aqui a folha de pagamento do mês de pagamento no mês de janeiro.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Então, o senhor nos forneça tudo o que o senhor tiver de informações e da folha de pagamento para o nosso Relator.

Sr. José Maria, como é que o senhor avalia o trabalho da FUNASA, da FUNAI, do Governo e da Prefeitura. O senhor acha que tem entendimento entre esses órgãos, que realmente os recursos que são aplicados em benefício da população indígena chegam até vocês ou esses recursos são desviados no meio do caminho para a melhoria da situação de vocês.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Primeiro falando da FUNAI. Infelizmente, a FUNAI, aqui no Juruá, aqui na região de Cruzeiro do Sul está extinta. Não tem sede própria. Felizmente tem um rapaz aí que faz algum auxílio maternidade. Então a FUNAI aqui, infelizmente, só tem uma pessoa da FUNAI, em Cruzeiro do Sul, para atender o Vale do Juruá, esses 4 municípios: Porto Walter, Marechal Thaumaturgo, Mâncio Lima, Rodrigues Alves. A FUNASA, por exemplo, a FUNASA tem abrangido, com as equipes disciplinares de saúde, todas as terras indígenas e todos os municípios. A situação do médico de Porto Walter. Esse médico é pago... — eu estou sabendo disso — ele é pago pela FUNASA; só que esse cabra nunca foi na terra indígena, então, a gente tem tido uma discussão com ele, a gente tem tido uma discussão com a Prefeitura e, muitas vezes, ele não estava querendo nem atender o índio no próprio município. A gente tem tido umas questões e a gente ia até denunciar ele. Então, essa situação o prefeito tem conhecimento disso, e por isso



que eu estou falando, nós não temos médico contratado para permanecer dentro da terra indígena.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Em Porto Walter?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Porto Walter.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. José Maria, como é que está atualmente o programa de vacinação e de prevenções à saúde de vocês? Como está acontecendo? A FUNASA vai? A FUNAI ajuda? O Governo ajuda? A prefeitura ajuda? Como está acontecendo? Vocês estão tendo, periodicamente, quando tem os programas de vacinação, vocês recebem? Eu queria saber um pouco dessa situação.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Acho que parceria FUNASA e prefeitura tem funcionado, a vacina está chegando em dia nas terras indígenas. Agora, hoje, infelizmente, em várias terras indígenas está sendo a abertura da ibero-americana na nossa região. E a FUNAI, infelizmente, na região do Juruá, não existe. Não adianta eu estar dizendo que existe porque nós não temos conhecimento disso. Nem registro a FUNAI tira aqui na região do Juruá.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Está. O Governo Federal fez uns programas de sacolões para os índios; vocês, aqui no Juruá, chegaram a receber, recebem mensalmente esse auxílio-alimentação?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não, acho que alguns povos merecem receber, mas tem povos aí que não interessam e nem gosta de receber porque até fica feio para a gente, morando em uma região que nem a nossa; receber sacolão mostra que a gente é muito preguiçoso. Então, tem muita gente com muito cuidado para não receber, para não estar dependendo desse sacolão do Governo do Estado. Só se fosse uma coisa diferente, mas nós estamos recebendo arroz, feijão, coisas que a nossa região dá; então, isso, para nós, a população indígena fica envergonhada de receber esse sacolão.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Mas, bem objetivamente, aqui no Juruá você tem informação de que foi recebido algum sacolão, algum auxílio-alimentação para os índios aqui no Juruá?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Eu tenho informação de que algumas aldeias receberam.



O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Qual é a maior atividade de vocês? É a caça, pesca, plantação, o que é?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - As 3. A gente faz as 3.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Vocês tem algum incentivo do Governo Federal ou do Governo do Estado ou do município para incentivar vocês na agricultura?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Não, infelizmente nós conseguimos fundar uma associação, e essa associação tem dado muito certo; nós temos buscado vários projetos, e a gente tem tido com esses trabalhos. E isso tem fortalecido muito o nosso povo.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - O nosso amigo Paulo César falou sobre saneamento. Eu queria saber: na aldeia de vocês ou de alguma que vocês já conhecem realmente existe saneamento, existe água tratada, existe saneamento básico na aldeia de vocês? Se existe, qual é a média? Se é 40%, 50% da comunidade recebe? Ou é 100%?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Assim, acho que falando do nosso povo, lá na minha aldeia tem. Só que está parado. Nós somos 3 aldeias que os outros povos precisam ter, as outras aldeias, as outras comunidades. Então, acho que está atingindo uns 30% da região com o saneamento.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - E está parada por quê? E há quanto tempo?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Está, mais ou menos, uns 2 meses que está parado. O problema é o gerador, que sempre tem alguns problemas no gerador. Não sei se é porque é pequeno, a aldeia é muito grande. Sempre tem tido esses problemas. E a gente tem mandado aqui para o próprio distrito. E o distrito, muitas vezes, tem mandado consertar. Mas muitas vezes demora para resolver esse problema. O que o Paulo César falou aqui sobre aquela discussão de companheiros que jogam cachorro na água, isso foi uma questão levantada por mim mesmo no encontro, porque, assim, muitas vezes, à margem do rio, um lado é terra indígena e o outro lado é assentamento do INCRA. Então, o nosso povo não-indígena não tem esse cuidado que nós temos, por exemplo, para cuidar da água. E, muitas vezes, você vai subindo no rio e você topa de cachorro dentro d'água, topa porco dentro



d'água, onde todo mundo bebe aquela água dali, daquele rio. Isso a gente tem colocado muito forte, que precisa melhorar mais essa situação, acho, dos nossos companheiros não-indígenas.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - As reivindicações que vocês fazem à FUNAI, à FUNASA ou à prefeitura, ao Governo, enfim, essas reivindicações que vocês fazem são escritas ou são verbais? Se forem escritas as denúncias, pedindo melhoria, pedindo ajuda mesmo a comunidade de vocês, se tem escrito, você passe para nós. Se não for, queria saber a resposta.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - A gente tem escrito e a gente pode passar. Pode ficar tranqüilo.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - O que você acha realmente da situação FUNASA, FUNAI? Vocês realmente estão tendo o direito, estão recebendo o direito de vocês — porque a lei implantou a melhoria das condições dos nossos índios —, vocês realmente acham que estão recebendo melhorias e estão sendo realmente dignos como cidadãos brasileiros, independente de índio ou branco, ou o que quer que seja? Vocês estão recebendo o direito de vocês adequadamente, como merecido?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Alguns pontos, mas precisa melhorar mais, para a gente ter o teto certo.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Na sua opinião, o que é que precisa para melhorar cada vez mais o entendimento, as condições de melhoria para os índios do nosso Estado?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Eu acho que, para melhorar essa situação, Deputado, é preciso que a gente tenha esse contato. Acho que o casamento de conversas junto com os nossos companheiros que ficam em escritórios, os nossos assessores, o nosso chefe do distrito, ter esse conhecimento e a parceria com as lideranças indígenas, com as nossas equipes multidisciplinares, porque isso melhora o conhecimento da nossa população.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Está bom. Muito obrigado, Sr. José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Obrigado.



O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Paulo César, eu acho que já lhe perguntaram isso, mas eu quero reiterar essa pergunta. O que o senhor acha realmente desse relacionamento FUNAI, FUNASA e os órgãos competentes para melhorar a situação dos nossos irmãos indígenas?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Olha, seria muito importante que esse relacionamento fosse bom, mas, como citei, o exemplo aqui da dificuldade da FUNAI em receber o índio quando ele vem para a cidade. E, aí, nós temos que fazer esse papel. O nosso papel seria basicamente a parte de saúde. A parte de atendimento, de apoio à visita de um indígena não seria nossa, mas somos obrigados a fazer porque eles não encontram isso.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - O senhor falou da ausência de transporte na região. Queria saber do senhor: esse transporte é o quê? É um barco ou um carro que é preciso trazer aqui para a região, para melhorar as condições de trabalho de vocês e atender os nossos irmãos indígenas?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Não, é problema do próprio Estado. Como disse, na época de seca, de estiagem, ou seja, do verão amazônico, os rios baixam muito e a gente não consegue se deslocar até as aldeias, porque parte a gente tem que carregar canoa para pegar o rio mais adiante. Há uma dificuldade de transporte. E, na época de chuva, onde existem ramais, esses ramais estão intrafegáveis, porque a dificuldade é muito grande para chegar. Então, tem aldeias que a gente só consegue visitar no verão, tem aldeias que a gente só consegue visitar no inverno amazônico.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Mas, então, quer dizer que o transporte aqui na região está completo? Não precisa de carro, não precisa mais de barco?

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - De barco, precisamos para apoio à equipe multidisciplinar. Carro também é necessário para ir nesses ramais. E está sendo colocado recurso para controle de qualidade da água para o saneamento, onde a gente vai poder conseguir comprar barco este ano, para poder fazer o controle da qualidade de água. E trazendo essa bióloga que eu tento... Consegui? Agora, eu queria abrir um parênteses aqui. Eu estou com problema sério no saneamento. Foi implantado esse tíquete combustível. O tíquete combustível tem



que ser... Cada equipamento abastecido tem que ser parametrizado. Carro com odômetro, gerador, motor a popa, motor de batelão com orímetro, sistema de abastecimento de água com orímetro. O nosso sistema de abastecimento de água com gerador já vem com orímetro. Os com motores à combustão, que fazem virar a bomba d'água, não vêm com orímetro. Nós vamos ter que resolver esse problema. No contrato diz o seguinte: o tamanho do tanque é o quanto você pode pegar de combustível para abastecer. Então, de um carro, 75 litros de óleo *diesel*, cada vez que você vai abastecer, você abastece com 75 litros de óleo *diesel*, no máximo. Um motor a popa pega 5 a 10 litros. Um barco sai e leva 15 dias viajando. Então, você tem que dar o famoso jeitinho brasileiro de conseguir pegar mais combustível para poder fazer a viagem. Com relação a saneamento, nós temos aldeias que nós levamos o combustível de 2 em 2 meses pela dificuldade de transporte. E é o nosso supervisor que leva esse combustível e que o AISAN cuida de alimentar os motores para o sistema funcionar. E aí, como vamos fazer? A idéia já foi dada. A minha própria equipe disse: *"Não, a gente pega o combustível para um mês, armazena no pólo. No mês seguinte, a gente pega para o outro mês, junta os 2 e leva"*. Eu disse: *"Não vamos dar mais jeitinho brasileiro, não. Existe um contrato, e ele é fiscalizado. Eu não sei o que vamos fazer, mas esse jeitinho brasileiro não vamos mais dar."* Por quê? O índio, a saúde indígena é alguma coisa especial. Agora, você tratar alguma coisa especial com uma legislação comum está dificultando demais o nosso trabalho. Para você consertar um motor, eu teria que na realidade licitar, uma empresa, ainda não conseguimos. Como não conseguimos, vamos deixar o motor queimado até que a gente consiga fazer uma licitação, que não pode ser um convite; tem que ser maior, porque nós temos uma quantidade muito grande, vai ter que licitar 1, 2, 3 vezes. Vai configurar que você está querendo mudar de convite, deveria ser tomada de preço, você está usando convite, fracionando licitação, vai ser problema sério. Então, nós temos essa dificuldade muito grande. E eu não sei como resolver. Eu vou chegar lá em Rio Branco, vou sentar com a minha equipe para a gente ver o que a gente... repensar isso, como a gente vai resolver, porque eu não posso deixar um supervisor meu assumir a responsabilidade de pegar combustível e armazenar para um mês no pólo, para o mês seguinte pegar outra quantidade para



ele pegar o barco e fazer o abastecimento. Uma viagem à sua aldeia são quantos dias de barco?

O SR. JOSÉ MARIA PEREIRA - Dois dias para Porto Walter (*Intervenções fora do microfone. Inaudíveis.*)

O SR. PAULO CÉSAR TOURINHO - Dois dias para Porto Walter e depois mais quantos? Mais uns 3 dias. É uma dificuldade. Como é que eu vou levar para 6 dias? Aí, eu teria que ficar indo e voltando, indo e voltando. Não tem... O supervisor é de apoio aos AISANs, não para transportar combustível.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - O senhor falou sobre saneamento. No Acre, qual é a média de saneamento nas aldeias? Qual é a média que se tem hoje, nas aldeias, de saneamento, e por que não tem mais? Está faltando mais apoio nas aldeias, qual a média que tem hoje, das aldeias, de saneamento, e por que não tem mais? Está faltando mais apoio ou mais recurso?

O SR. PAULO CESAR TOURINHO - Não, hoje, em sistema implantado são 8 mil habitantes. A aldeia dele mesmo é um terço. Ele falou, no início, que a aldeia total, as 3 aldeias somam 600 habitantes. O sistema dele só são para 207 habitantes. Nós tínhamos um convênio com o Estado, que suspendemos. Estamos executando de forma direta. Estamos conseguindo recursos. No ano de 2006, a gente conseguiu para implantar em 2007, se não me engano, foi 1 milhão e 300, e, em 2007, para implantação em 2008, que estão ocorrendo essas ampliações nesses sistemas, ou sistemas novos, mais 2 milhões... Eu não tenho o total assim... 2 milhões e 200. Entre 2 milhões e 200 e 2 milhões e 300. Então, com relação a isso, tem melhorado. Isso, de 8 mil habitantes para... São 18 mil total, considerando Amazônia e Rondônia. Se considerar somente o Acre, seriam 15 mil índios e 8 mil com abastecimento. Alguns parados, como eu falei inicialmente. Mas todo o sistema funcionando, estaríamos com mais de 50% da população com abastecimento de água.

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Muito obrigado, Sr. Paulo Cesar; muito obrigado José Maria; muito obrigado Gelcimar; Armando, como é conhecido; e Luiz Alberto, muito obrigado pela explanação.

Com certeza, como nossos nobres colegas falaram, isto aqui vai nos ajudar. E o que tiver mais de soluções que possam nos ajudar, porque a nossa vinda aqui é



buscar soluções e tentar melhorar as condições dos nossos irmãos indígenas. Então, muito obrigado a vocês; muito obrigado a todos que participaram.

É só essa, Sr. Presidente, a minha pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Eu agradeço de forma renovada ao Deputado Ilderlei Cordeiro, dizendo da satisfação de estar ao seu lado aqui, na sua terra, no seu espaço, junto a sua gente.

Palavras finais, Deputado Vicentinho Alves, Relator-Geral desta CPI.

O SR. DEPUTADO VICENTINHO ALVES - Bom, eu quero parabenizar a FUNASA pela contribuição nesta diligência. Na impossibilidade de o Coordenador ter vindo, mandou os senhores, que vieram contribuir com dados. O que nos faltar, eu mantereí contato com os senhores.

Parabenizo.

Lamento a ausência do representante da FUNAI. Poderia estar aqui, contribuindo conosco. Sabe por quê? Nós estamos andando no Brasil inteiro e nós não queremos mais ver isto aqui: no Maranhão criança amarrada em árvore porque tem problema de saúde mental, e o remédio, apenas 30 reais. Problema FUNAI, FUNASA, Governo Federal. Lá tem ONGs gastando muitos recursos do Poder Público e a coisa não acontece. Olha esta senhora aqui. (*Mostra imagem.*)

Então, esta CPI está percorrendo o Brasil exatamente para que a gente possa contribuir de forma efetiva. Portanto, com isso eu quero dizer que o reflexo da ausência da FUNAI aqui, que o nosso companheiro José Maria colocou, é exatamente na diligência. O representante da FUNAI, que é o órgão que trata diretamente com os índios, não está aqui presente. Mas ele vai estar em Brasília, dentro da lei, de forma legal, e haverá de prestar o depoimento dele, sim. Já conversei com o Presidente Vital do Rêgo. Com certeza S.Exa. haverá de intimá-lo dentro da lei.

Nós queremos é muito mais ouvir os problemas, para apontarmos as soluções. Como eu disse, a nossa CPI é propositiva.

De modo que quero agradecer, como Relator, à Polícia Federal, que nos apoiou de forma permanente aqui, no Estado do Acre; mais uma vez, agradecer ao Vereador Marito e ao Vereador Félix; agradecer ao amigo e companheiro, Deputado Ilderlei, que, vocês, como eu disse e reafirmo, estão de parabéns por esse rapaz,



brilhante, amigo correto, amigo leal e comprometido com as causas sociais não só do Acre, mas do Brasil. Ilderlei estará no Tocantins dentro em breve, visitando a nossa cidade de Porto Nacional e Palmas. Queremos recebê-lo lá com alegria, da mesma forma que S.Exa. e sua família nos recebeu aqui, no Acre.

Muito obrigado a todos vocês, aos funcionários da Casa, à população de Cruzeiro do sul, que veio nos prestigiar.

Estou vendo aquele senhor ali...

O SR. DEPUTADO ILDERLEI CORDEIRO - Sr. Antônio de Paula, exercendo a sua cidadania, no exercício pleno da cidadania, participando. Que coisa fantástica! Então, em nome do senhor, eu cumprimento todos, as senhoras e os senhores que estão aqui, nesta reunião, e agradeço. Um bom dia a todos, tenham um bom final de semana e, mais uma vez, parabênizo todos os índios do Brasil, através do Zé Maria, pelo Dia do Índio. Ainda precisamos comemorar melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vital do Rêgo Filho) - Agradeço ao Sr. Relator. Determino à Secretaria da Comissão a convocação e notificação de ausência e convocação subsequente do Sr. Antônio Ferreira da Silva, nas formas do Código de Processo Penal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Senhoras e Senhores, nós estamos completando 2 horas e 45 minutos de intensa reunião, troca de informações, construção de um diagnóstico e de uma solução, ou de várias soluções, para o emergente problema da saúde indígena. Não é por coincidência que deixamos e programamos esta reunião para cá no dia nacionalmente conhecido como Dia do Índio. Queiramos Deus que, nos próximos anos, por força de um trabalho integrado de todos nós, dos senhores representantes da FUNASA, dos senhores coordenadores, dos senhores agentes de saúde, e principalmente do índio, nós tenhamos outros dias 19 de abril com muito mais o que comemorar. Queira Deus, queiramos todos nós que o Dia do Índio seja um dia de todos os dias e que a saúde indígena possa ser permanentemente viabilizada.

As palavras derradeiras devem ser extensivas e renovadas ao queridíssimo companheiro Ilderlei Cordeiro. Nas últimas horas dos 2 dias essa viagem cansativa se tornou muito mais alegre, muito mais aconchegante, graças à sua presença, à presença da sua assessoria, à presença dos profissionais de imprensa de Cruzeiro do Sul, que nos acompanha. Isso fez com que aliviasse a carga das horas de vôo, a



volta para a Capital Federal. Mas, na nossa bagagem, certamente vai estar muito do que aprendemos hoje aqui. Os senhores foram muito importantes para esta CPI.

Lamento profundamente, e faço minhas as palavras do Deputado Édio, Deputado Vicentinho, que a FUNAI não esteja presente. Encontramos em diversas regiões do País uma falta de sintonia entre a FUNASA e a FUNAI. Decerto também entre as Secretarias de Saúde do Estado e as Secretarias de Saúde do Município. Acho que o trabalho desta CPI, ao aprontar o seu relatório, deve ser focado em seu cimento, o verdadeiro amálgama que une todos esses setores.

No Acre nós aprendemos muito. No Acre nós sentimos a necessidade, de forma logística, de chegar mais junto da FUNAI, de forma mais forte, chegar mais junto da Secretaria Municipal da Saúde nas aplicações diretas desses recursos. Saibam os senhores que, ao final desta reunião, não será em vão a presença de V.Sas. aqui. Nós vamos aprontar... O nosso Relator Geral é extremamente competente na apreciação e na observação e tem uma CPI que é realmente propositiva. Aqui, todos nós, independente de nenhuma atenção partidária, estamos querendo fazer o melhor de nós.

Agradeço à Câmara, a nossa Casa legislativa, agradeço aos Vereadores, o nosso Vereador Marito está ali. Em seu nome, quero externar, Marito, o meu agradecimento pessoal e penhorado a todos os companheiros Vereadores. Ontem estivemos juntos no jantar oferecido pelo Deputado Ilderlei, e os senhores nos acolheram muito bem aqui.

Agradeço aos técnicos de som, aos funcionários da Casa. Saiamos daqui com a expectativa e a esperança de que neste Dia do Índio possamos dar tudo de nós para melhorar a condição da saúde indígena no País e no Acre.

Ilderlei, muito obrigado. Muito obrigado pela oportunidade de estar aqui com você; você é um menino, um jovem e um homem de muito futuro. Que Deus possa lhe proteger e que a memória de seu pai seja sempre a bússola de sua vida. Tenham todos uma boa-tarde. Fiquem com Deus.

Está encerrada esta reunião.